

## GRUPO CCR.

Há **15 anos** contribuindo com infraestrutura para o desenvolvimento do Brasil.



**A N O S**





**CCR. Há 15 anos ajudando você a chegar lá.**



**CCR S.A. | CNPJ: 02.846.056/0001-97**

## Relatório da Administração

### 1. Sobre a Companhia

#### 1.1. Aos acionistas

É com grande satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas., o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da CCR S.A., relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

#### 1.2. Apresentação

A CCR S.A. (CCR ou Companhia) é a *holding* do Grupo CCR e seu objeto social a permite atuar no setor de concessões de rodovias, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metrorrádia, aeroportuária e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participação em outras sociedades. Diante disso, além da atuação em concessões rodoviárias, buscamos investimentos em outros negócios correlatos. A criação da CCR foi o resultado de uma decisão estratégica dos seus acionistas fundadores, para concentrar seus esforços em uma só empresa, aumentando o desempenho de cada concessionária e agregando maior valor aos negócios.

A CCR atualmente detém, direta e/ou indiretamente, 100% do capital social das seguintes empresas: Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (AutoAn), Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (NovaDutra), Concessionária da Ponte Rio - Niterói S.A. (Ponte), Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (ViaLagos), Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - Viaoeste S.A. (ViaOeste), Rodovias Integradas do Oeste S.A. (SPVias), Companhia de Participações em Concessões (CPC), Actua Assessoria S.A., Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L. de C.V. (CCR México), Companhia do Metrô da Bahia (Metró Bahia), Inovap 5 - Administração e Participações Ltda. (Inovap 5); SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. (Samm), CPCCSP - Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos (CPCCSP), CCR Espanha - Conexiones y Participaciones, S.L., (CCR Espanha) e MTH - Houdster En Maritien Transport B.V. (MTH).

Detém ainda, diretamente ou indiretamente, 98,5714% da Concessionária do Rodaneal Oeste S.A. (RodoAnel Oeste), 85,92% da RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (RodoNorte) e da Parques Serviços Ltda. (Parques), 58% da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro), 24,4375% da Concessionária do VLT Carioca S.A. (VLT Carioca), 33,33% da Concessionária ViaRio S.A. (ViaRio), 24,3372% da STP Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP), 40% da Renovias Concessionária S.A. (Renovias), 45% da Controlar S.A. (Controlar) e 80% da Barcas S.A. - Transportes Marítimos (Barcas). No setor aeroportuário, detém, indiretamente, aproximadamente 45,49% da Corporación Quiport S.A. (Quiport), operadora do Aeroporto Internacional do Quito, no Equador, 48,75% da Aeris Holding Costa Rica S.A. (Aeris), operadora do Aeroporto Internacional de San José, na Costa Rica e 79,80% da Curacao Airports Partners N.V. (CAP), operadora do Aeroporto Internacional de Curaçao. Além das participações acima, detém, diretamente ou indiretamente, 100% da Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (MSVia), que a partir da assinatura do contrato de concessão, esperada para até março de 2014, operará a rodovia BR-163 no Mato Grosso do Sul - Brasil e 75% da Sociedade de Participação no Aeroporto de Confins S.A. (Confins), que por sua vez detém 51% de participação acionária no Aeroporto Internacional Tancredo Neves (Aeroporto Internacional de Confins em Minas Gerais - Brasil), que operará o referido aeroporto após a assinatura do contrato de concessão, a qual é esperada para até março de 2014.

Com o objetivo de expandir sua área de atuação, a CCR pretende concorrer em novas concessões rodoviárias, por meio de licitações e Parcerias Público-Privadas (PPP) dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, assim como aquisições de outras concessionárias existentes. É também parte integrante de sua estratégia buscar novas oportunidades no mercado internacional, assim como concessões metrorrádiárias, relacionadas à mobilidade e conveniência urbanas e aeroportuárias.

#### 1.3. Destaques do ano de 2013

- Em 19 de fevereiro: Inauguração do Novo Aeroporto Internacional de Quito, no Equador.
- Em 25 de abril: Realização da 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, no montante de R\$520.000 mil.
- Em 12 de junho: Conclusão da aquisição adicional de 39% do capital social da Curacao Airport Investments N.V. (CAI), detentora de 100% do capital da Curacao Airport Partners N.V. (CAP), a qual opera o Aeroporto Internacional de Curaçao O valor pago na operação foi de USD 15.781 mil. Com a conclusão da aquisição, a CCR Espanha, controladora da CCR, passou a deter, diretamente e indiretamente, 79,80% das ações representativas do capital social da CAI.
- Em 14 de junho: Assinatura do contrato de concessão, em regime de Parceria Público-Privada, na modalidade de concessão patrocinada, dos serviços, fornecimentos e obras de implantação, operação e manutenção de sistema de transporte de passageiros através de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), na região portuária e central do Rio de Janeiro. A concessão tem um prazo de 25 anos.
- Em 23 de agosto: O Governo do Estado da Bahia declarou vencedora a proposta apresentada pela Companhia de Participações em Concessões (CPC), para a execução, em regime de Parceria Público-Privada, na modalidade de concessão patrocinada, com implantação de obras civis e sistemas, fornecimento de material rodante, operação, manutenção e expansão, do Sistema Metrorrádio de Salvador e Lauro de Freitas. O contrato de concessão foi assinado em 15 de outubro de 2013 e o prazo de concessão é de 30 anos.
- Em 3 de outubro: Realizada a conclusão financeira da venda parcial de 10% da controlada em conjunto STP e a efetiva transferência das ações para a Sampras Participações Ltda., afiliada da Raizen Combustíveis S.A. A participação da CCR no capital social da STP passou de 39,25% para 34,23729%.
- Em 15 de outubro: Realização da 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, realizada em 2 séries, com valor nominal total de R\$ 200.000 mil.
- Em 22 de novembro: O consórcio Aero Brasil, formado pelo Grupo CCR, com 75% de participação, e os operadores aeroportuários internacionais Flughafen München GmbH e Flughafen Zürich AG, com 25%, conjuntamente, apresentaram a melhor proposta no leilão de concessão para ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional Tancredo Neves (Confins). Confins é um dos principais aeroportos em operação no País, com um total de 8,3 milhões de passageiros transportados de janeiro a outubro de 2013, segundo dados apresentados no Movimento Operacional da Rede Infraero. O prazo de concessão é de 30 anos e a assinatura do contrato de concessão é esperada para até março de 2014.
- Em 20 de dezembro: A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) declarou vencedora a proposta apresentada pela CPC, referente à concessão para a recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade de trecho da BR-163, no Mato Grosso do Sul, com extensão de 847,2 quilômetros. A assinatura do contrato de concessão é esperada para até março de 2014.

#### Dividendos

No dia 18 de abril de 2013, os acionistas da Companhia aprovaram, em AGO, a distribuição complementar de dividendos relativos ao ano de 2012, proposto pela Administração da Companhia, no valor de R\$ 100.775 mil, correspondentes a R\$ 0,0570773 por ação, distribuídos a partir de 30 de abril de 2013. Em 31 de outubro de 2013, a CCR iniciou o pagamento de dividendos intermediários referentes ao exercício de 2013, no valor de R\$ 1,2 bilhão, equivalente a R\$ 0,68 por ação, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração de 26 de setembro de 2013, a ser ratificada na próxima AGO.

#### 1.4. Perspectivas

A CCR continua atuando com a captura de sinergias por meio da otimização administrativa do conjunto de seus negócios e com consequentes reflexos positivos em suas margens operacionais.

A Companhia entende que o crescimento de tráfego nas rodovias que opera, deverá, em geral, acompanhar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Adicionalmente, a Administração continua em busca de novas oportunidades de negócios nos mercados nacional e internacional, primário e secundário, de concessões rodoviárias, metrorrádiárias, aeroportuárias e negócios correlatos, em consonância com seu objeto social. Com a aproximação de eventos esportivos internacionais, que demandarão do Brasil infraestrutura e um sistema organizado de transporte urbano e rodoviário, também há boas perspectivas de negócios, obras e licitações, como a implantação de metrô, trens e VLT.

Ainda no segmento da mobilidade urbana, os estacionamento urbanos de grande porte oferecem boas perspectivas. Já operando no setor com a STP (que opera serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamentos sem parando, Via Fácil e Onda Livre), o Grupo CCR acredita na necessidade de soluções não apenas em meios de pagamento automáticos de pedágio e estacionamentos, mas também na logística. Um dos desafios nacionais com o qual a companhia pretende contribuir é oferecer não apenas bons serviços coletivos de mobilidade, mas também disponibilizar ao usuário de transporte individual condições melhores de acesso e aumento de fluidez de tráfego nos locais mais congestionados dos grandes centros urbanos.

O Governo Federal, por meio do Ministério da Fazenda, divulgou que somente em 2013 foram contratados R\$ 80,3 bilhões de investimentos em concessões de rodovias, aeroportos, terminais portuários de uso privado, blocos de petróleo e gás natural e geração e transmissão de energia elétrica.

Segundo a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), grandes programas de infraestrutura foram anunciados ao longo dos últimos dois anos. O valor dos investimentos envolvidos nesses programas será próximo de R\$ 470 bilhões nos próximos anos, sem mencionar as grandes obras de infraestrutura urbana necessárias para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Esse montante é composto da seguinte forma: (i) R\$ 242,0 bilhões no setor de logística (que inclui rodovias, ferrovias, trem, de alta velocidade e aeroportos); (ii) R\$ 148,1 bilhões no setor de energia elétrica; e (iii) R\$ 80,0 bilhões em petróleo e energia.

### 2. Estratégia e Gestão

#### 2.1. Governança corporativa

Primeira empresa a ingressar no Novo Mercado, o segmento mais exigente da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa), a Governança Corporativa sempre é um dos grandes diferenciais da CCR e uma das razões que explicam o sucesso da empresa perante os investidores e o mercado internacional. No ano de 2013 o volume financeiro médio negociado diariamente na BM&FBovespa foi de R\$ 84 milhões.

O pioneirismo que marcou o ingresso da Companhia no mais alto nível de governança da BM&FBovespa, também é praticado internamente. A CCR foi a primeira empresa brasileira a instituir um Comitê de Governança, cuja principal função é avaliar periodicamente o desempenho do Conselho de Administração e do CEO da Companhia. Isso demonstra o comprometimento da Companhia e de seus administradores com a transparência e as melhores práticas. A administração é profissional e desvinculada das empresas controladoras. Os acionistas controladores têm participações equilibradas, não havendo qualquer veto ou aprovação singular por qualquer dos controladores (quorum especial de 51% em AGO/AGE para determinadas matérias). Além disso, a Companhia, atendendo às Instruções Normativas da CVM, informa anualmente ao mercado, por meio de seu Formulário de Referência, disponível no site da própria Companhia e da CVM, todos os contratos celebrados entre as empresas do Grupo CCR e partes relacionadas. Para que isso ocorra de forma transparente e eficiente, o plano de investimentos do Grupo CCR é previamente aprovado para cada um dos negócios e a aplicação dos recursos é financiada por terceiros que, constantemente, fiscalizam os preços e a execução, com apoio de profissionais e empresas especializadas.

Maiores informações e detalhes sobre a atuação da CCR no âmbito da governança corporativa podem ser encontrados em nosso site, por meio do endereço [www.ccr.com.br/investidores](http://www.ccr.com.br/investidores).

#### 2.2. Gestão de pessoas

A CCR acredita na capacidade crítica, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Os resultados desse conjunto de iniciativas demonstram o aumento de satisfação dos colaboradores, que, em 31 de dezembro de 2013, já somavam 11.992 pessoas, localizadas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia e no Equador, na Costa Rica e em Curaçao.

### 3. Desempenho Econômico-Financeiro

#### 3.1. Mercado

A partir de 1994, o Governo Federal e os Governos Estaduais estabeleceram programas de concessões, dentre eles, o programa de concessão de rodovias, cujo modelo possibilita a obtenção de recursos por meio da cobrança de pedágio para a recuperação e desenvolvimento da malha rodoviária brasileira. Grande parte dos recursos destinados à modernização e ampliação das rodovias é oriunda de empréstimos de longo prazo, concedidos pelos sistemas financeiros nacional e estrangeiro, bem como investimentos diretos do setor privado.

Restrições orçamentárias dos Governos continuam a indicar a existência de oportunidades de crescimento para a Companhia por meio de novas licitações.

No final de 2004, foi aprovada no Congresso Nacional, a regulamentação das Parcerias Público-Privadas (PPP), que tem contribuído para a expansão do nosso mercado de atuação. Em outubro de 2007, o Governo Federal licitou sete rodovias com uma extensão total de aproximadamente 2.600 km. O leilão foi promovido pelo Ministério dos Transportes e pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), com critério de julgamento de menor valor de tarifa de pedágio. Em março de 2008, o Governo do Estado de São Paulo licitou o trecho oeste do Rodaneal Mário Covas, mediante concessão onerosa, para interligação entre os corredores de acesso à metrópole de São Paulo - SP-348; SP-330; SP-280; SP-270 e BR-116. O Rodaneal Oeste, concessionária controlada pela CCR, passou a explorar esse trecho em junho de 2008.

Em outubro de 2008, o Governo do Estado de São Paulo licitou cinco rodovias com uma extensão total de aproximadamente 1.800 km. O leilão foi promovido pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), e o critério de julgamento foi o menor valor da tarifa de pedágio.

Em abril de 2010, o Governo do Estado da Bahia promoveu, por meio da Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia e do Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia, licitação visando à outorga de concessão de serviço público de recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade de sistema rodoviário, composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, na região metropolitana de Salvador. O critério de julgamento desta licitação foi o de menor valor da tarifa de pedágio ofertada.

Em novembro de 2010, o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Transportes e da ARTESP realizou licitação visando: (i) a outorga de concessão onerosa do trecho sul do Rodaneal Mário Covas e; (ii) a construção e posterior exploração do Trecho Leste do aludido Rodaneal. O critério de julgamento da licitação foi o menor valor da tarifa de pedágio ofertada.

Em abril de 2011, o Governo do Estado de Pernambuco, por meio da empresa SUAPE - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, promoveu a licitação referente à concessão onerosa para exploração de trechos, vias e acessos rodoviários ao Porto de SUAPE, pelo critério de menor tarifa ofertada.

Em 30 de setembro de 2011, o Governo Federal publicou no Diário Oficial da União, a minuta dos editais dos três aeroportos internacionais que seriam concedidos à iniciativa privada (Brasília, Guarulhos e Viracopos). Os três aeroportos foram leiloados em fevereiro de 2012 e operavam à época 30% dos passageiros, 57% das cargas e 19% das aeronaves do tráfego aéreo brasileiro.

Também em setembro de 2011, a Prefeitura do Rio de Janeiro publicou edital para a concessão da Ligaçõ Transolímpica como parte do pacote de investimentos para a Olimpíada de 2016. A licitação teve como objeto a concessão da construção e operação de uma via expressa, numa extensão de 13 km, na cidade do Rio de Janeiro, por um prazo de 35 anos, incluindo a sua implantação, conservação, manutenção e operação. A Transolímpica será uma pista expressa ligando o bairro de Deodoro à Barra da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro que, além de ser uma importante via de ligação entre a zona norte e a zona oeste, tem também como finalidade, unir dois Polos Olímpicos, um em Deodoro e outro na Barra da Tijuca. Esta via expressa é constituída por três pistas por sentido, sendo que a pista central (ambos os sentidos) será destinada à *Bus Rapid Transit (BRT)*, meio de transporte de massa que a Prefeitura do Rio de Janeiro está implantando e que deverá ser objeto de licitação específica. A Concessionária ViaRio S.A., da qual a CCR detém 33,33%, venceu a licitação em 19 de abril de 2012.

Em 18 de julho de 2012, o Governo Federal realizou o leilão da rodovia BR-101, que liga o Espírito Santo ao Rio de Janeiro, como parte da terceira etapa do programa de concessões de rodovias federais. Este projeto de concessão consiste na recuperação, conservação, manutenção, operação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade da rodovia BR-101/Espírito Santo/Bahia, no trecho entre o entroncamento com a BA-698, no acesso ao município de Mucuri (Bahia) e a divisa dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (excluindo a ponte), no início do trecho explorado pela Concessionária Autopista Fluminense S.A., com uma extensão de 475,9 km.

Em 26 de abril de 2013, por meio de uma PPP, a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro concluiu a licitação do VLT. A implantação do VLT faz parte da estratégia dos Governos Estadual e Municipal do Rio de Janeiro de garantir a infraestrutura de transportes adequada para a realização dos Jogos Olímpicos de 2016, além de beneficiar toda a população que utiliza a rede de transporte público fluminense. A Concessionária do VLT Carioca S.A. (VLT Carioca), da qual a CCR detém por meio de sua controlada Actua Assessoria, 24,4375%, venceu a licitação.

Em 23 de agosto de 2013, a Comissão Especial de Licitação objeto do Edital nº 01/2013, promovida pelo Governo do Estado da Bahia, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR, declarou vencedora a proposta apresentada pela CPC, para a execução, em regime de Parceria Público-Privada, na modalidade de concessão patrocinada, com implantação de obras civis e sistemas, fornecimento de material rodante, operação, manutenção e expansão, do Sistema Metrorrádio de Salvador e Lauro de Freitas. A assinatura do Contrato de Concessão ocorreu em 15 de outubro de 2013.

Em 6 de novembro de 2013, o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria dos Transportes Metropolitanos, anunciou o resultado do leilão referente à licitação no modelo de PPP para construção e operação da Linha 6 do Metrô. A Linha 6 é a primeira PPP integral do metrô e será totalmente construída e operada pela iniciativa privada. O consórcio Move São Paulo, vencedor do certame, também será responsável pela aquisição de sistemas, de equipamentos e trens.

Em 22 de novembro de 2013, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) realizou o leilão para a ampliação, manutenção e exploração dos Aeroportos Internacionais do Rio de Janeiro/Galeão - Antonio Carlos Jobim, na cidade do Rio de Janeiro, e Tancredo Neves/Confins, nos municípios de Confins e de Lagoa Santa. A concessão do Aeroporto do Galeão tem um prazo de 25 anos e do Aeroporto de Confins 30 anos. Juntos os aeroportos são responsáveis por 20% do movimento de passageiros, 11% do movimento de aeronaves e 20% do movimento de carga dos aeroportos administrados pela Infraero. A CPC, juntamente com outros sócios, foi a vencedora do leilão do Aeroporto de Confins. Ainda em 2013, o Governo Federal, por meio da ANTT, concedeu para a recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade dos seguintes trechos de rodovias: (i) em 18 de setembro de 2013, BR 050/GO/MG; (ii) em 27 de novembro de 2013, BR 163/MT; (iii) em 4 de dezembro de 2013, BR 060/153/262/DF/GO/MG; (iv) em 17 de dezembro de 2013, BR 163/MS, na qual a CCR foi vencedora; e (v) em 27 de dezembro de 2013, BR 040/DF/GO/MG.

Segundo a Associação Brasileira de Concessões de Rodovias (ABCR), o Brasil conta com aproximadamente 1.691.864 km de rodovias, sendo 202.988 km pavimentados, e 14.768 km atualmente operados pela iniciativa privada.

#### 3.2. Desempenho CCR

A partir de 1º de janeiro de 2013, com a aplicação obrigatória das IFRS 10 e 11, a CCR deixou de consolidar de maneira proporcional suas investidas controladas em conjunto Renovias, STP, Controlar, ViaQuatro, ViaRio, VLT Carioca e as concessionárias dos Aeroportos de Quito e de San José na Costa Rica e de Curaçao (que passou a ser consolidada após a aquisição de controle em junho de 2013) e passou a registrar o resultado dessas empresas na rubrica resultado de equivalência patrimonial. A referida mudança não alterou o resultado líquido consolidado do Grupo CCR, no entanto, alterou isoladamente as rubricas do balanço, do resultado, dos fluxos de caixa e, também, cálculos de índices econômico-financeiros como EBITDA e Margem EBITDA. De acordo com as normas vigentes, para melhor comparabilidade, os resultados de 2012 e os saldos de balanço de 1º de janeiro e de 31 de dezembro de 2012 foram ajustados para contemplar as mudanças introduzidas pelas novas regras mencionadas anteriormente.

| Em R\$ mil                                    | 2013      | 2012      | Var. %    |
|---|-----------|-----------|-----------|
| Receita bruta                                 | 6.507.898 | 5.568.662 | 16,87%    |
| Receita de pedágio                            | 5.380.909 | 4.932.197 | 9,10%     |
| Receita de construção (ICPC 01 R1)            | 810.038   | 464.591   | 74,36%    |
| Outras receitas                               | 316.951   | 171.874   | 84,41%    |
| (-) Deduções da receita bruta                 | 491.340   | 445.110   | 10,39%    |
| Receita líquida                               | 6.016.558 | 5.123.552 | 17,43%    |
| (-) Custos totais (a)                         | 3.344.355 | 2.805.087 | 19,22%    |
| Custos de construção (ICPC 01 R1)             | 1.810.038 | 464.591   | 74,36%    |
| Demais custos                                 | 2.534.317 | 2.340.496 | 8,28%     |
| EBIT (b)                                      | 2.672.203 | 2.318.465 | 15,26%    |
| Margem EBIT (b)                               | 44,4%     | 45,3%     | -0,9 p.p. |
| Margem EBIT ajustada (c)                      | 51,3%     | 49,8%     | +1,5 p.p. |
| (+) Depreciação/amortização                   | 565.113   | 452.478   | 24,89%    |
| (+) Resultado de equivalência patrimonial     | 52.815    | 87.055    | -39,33%   |
| (-) Participação dos minoritários             | (16.893)  | (15.089)  | 12,0%     |
| EBITDA (b)                                    | 3.273.238 | 2.842.909 | 15,14%    |
| Margem EBITDA (b)                             | 54,4%     | 55,5%     | -1,1 p.p. |
| (+) Provisão de manutenção (d)                | 166.748   | 149.082   | 11,85%    |
| (+) Despesas antecipadas ao resultado (e)     | 82.032    | 82.032    | 0,00%     |
| (-) Resultado de equivalência patrimonial     | (52.815)  | (87.055)  | -39,33%   |
| (-) Participação dos minoritários             | 16.893    | 15.089    | 12,0%     |
| EBITDA ajustado                               | 3.486.096 | 3.002.057 | 16,12%    |
| Margem EBITDA ajustada (f)                    | 67,0%     | 64,4%     | +2,6 p.p. |
| (-) Resultado financeiro líquido              | 632.964   | 633.752   | -0,12%    |
| (-) Imposto de Renda e Contribuição Social    | 724.170   | 579.395   | 24,99%    |
| Participação dos acionistas não controladores | 16.893    | 15.089    | 11,96%    |
| Lucro líquido                                 | 1.350.991 | 1.177.284 | 14,75%    |
| Dívida bruta                                  | 8.261.608 | 7.270.400 | 13,63%    |
| Investimentos                                 | 1.007.402 | 714.047   | 41,08%    |
| Veículos equivalentes (em milhares)           | 1.028.958 | 970.315   | 6,04%     |

- (a) Custos totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + custos de administrativas e despesas operacionais.
- (b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 527/12.
- (c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas Líquidas sem considerar a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.
- (d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica nas investidas da CCR e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide notas explicativas 2 - Principais práticas contábeis (item "m") e 25 - Provisão de manutenção - Consolidado.
- (e) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide nota explicativa 12 - Pagamentos antecipados relacionados à concessão - Consolidado.
- (f) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

#### Receita operacional consolidada

A receita de pedágio em 2013 totalizou R\$ 5.380.909 mil (+ 9,1% sobre 2012) e representou 94,4% do total da receita (sem receita de construção). O incremento das receitas de pedágio é consequência do tráfego que, medido em termos de veículos equivalentes, teve crescimento de 6,04% em relação a 2012. Além disso, a tarifa média apresentou crescimento de 3%. No dia 25 de junho de 2013, conforme publicação do Diário Oficial do Estado de São Paulo, o Governo do Estado de São Paulo cancelou o reajuste que estava previsto para as rodovias estaduais. De acordo com o contrato, a elevação das tarifas, prevista para entrar em vigor no dia 1º de julho, deveria seguir a inflação anual acumulada entre junho de 2012 e maio de 2013, que somou 6,2%. Para manter a tarifa, o Governo anunciou as seguintes medidas para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, sendo: (i) redução do ônus variável de 3% para 1,5% da receita bruta; (ii) penalização das concessionárias: quando houver atrasos nos investimentos; (iii) cobrança do inócuo suspenso e; (iv) redução do ônus fixo (para maiores detalhes vide nota explicativa 15c - Investimentos - Outras informações relevantes).

#### Custos totais

Os custos totais apresentaram um aumento de 19,22% em relação a 2012, perfazendo R\$ 3.344.355 mil no ano de 2013. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo:  
 • Os custos de construção atingiram R\$ 810.038 mil. O aumento de 74,36% decorreu, principalmente, do maior investimento em melhorias (*upgrade*) realizados nas concessionárias AutoAn, SPVias e RodoNorte. Além disso, houve a consolidação do Aeroporto Internacional de Curaçao a partir de junho de 2013, o início das operações do Metrô Bahia a partir de outubro de 2013 e a adição das Barcas a partir de julho de 2012.  
 • A provisão de manutenção atingiu R\$ 166.748 mil e apresentou um aumento de 11,85% em 2013, em relação ao ano de 2012. Durante o exercício de 2013, foram realizadas revisões das estimativas dos custos da provisão de manutenção envolvendo, entre outros, a análise da periodicidade das obras de manutenção e sua conexão com os contratos de concessão, a estimativa dos custos a serem provisionados e a correspondente apuração do valor presente.  
 • As despesas de depreciação e amortização somaram R\$ 565.113 mil no ano de 2013. O crescimento de 24,89% decorre dos investimentos adicionais que entraram em operação, descrito na seção de investimentos, bem como do incremento previsto do tráfego no período.  
 • O custo da outorga (que inclui a apropriação de despesas antecipadas) atingiu R\$ 452.478 mil. A variação de 1,69% deveu-se a: (i) consolidação do Aeroporto Internacional de Curaçao desde julho de 2013; e (ii) redução da parcela de ônus variável das concessionárias de 3% para 1,5% da receita bruta, em compensação ao não reajuste das tarifas contratuais nas rodovias do Estado de São Paulo, conforme deliberado pela ARTESP.

• O custo de serviços totalizou R\$ 643.374 mil, no ano de 2013, um aumento de 9,01%. Esse resultado decorre, principalmente, da consolidação do Aeroporto Internacional de Curaçao a partir de junho de 2013, do início das operações do Metrô Bahia a partir de outubro de 2013, além da adição das Barcas a partir de julho de 2012. Houve, também, contratações de serviços de consultoria para diversos projetos de desenvolvimento empresarial.  
 • O custo com pessoal atingiu R\$ 561.101 mil no ano de 2013, registrando aumento de 21,75%. Esse aumento deveu-se, principalmente, à adição dos novos negócios supracitados e ao dissídio total de 5,0%, ocorrido em março de 2013.  
 • Os outros custos (seguros, alugueis, marketing, viagens, meios eletrônicos de pagamentos e outros) apresentaram redução de 28,26% e atingiram R\$ 243.231 mil no ano de 2013. A variação ocorreu, principalmente, devido a: (i) receita proveniente da venda de participação na STP, no valor líquido de aproximadamente R\$ 95,0 milhões; e (ii) gastos não-recorrentes ocorridos no 3T/12.

#### Resultado financeiro

No ano de 2013, o resultado financeiro líquido negativo foi de R\$ 632.964 mil, comparado a um resultado negativo de R\$ 633.752 mil em 2012. Houve aumento das receitas financeiras explicado, principalmente, pelo maior saldo de caixa, com consequente aumento do rendimento de aplicações financeiras. Compensando esse efeito houve: (i) apreciação do dólar frente ao real, de 14,6% em 2013, levando a um aumento de despesas na linha de variação cambial; (ii) aumento do CDI em 2013, levando a um aumento de despesas de juros; e (iii) aumento de despesas de operações com *hedge*.

#### Lucro líquido

Em 2013, o lucro líquido atingiu R\$ 1.350.991 mil, apresentando um aumento de 14,75% em relação a 2012. O aumento decorreu, principalmente, do melhor desempenho operacional, além do efeito não recorrente proveniente da venda de participação na STP, no valor líquido de aproximadamente R\$ 62,7 milhões, após dedução de imposto de renda. Em contrapartida, houve impacto negativo de R\$ 105,7 milhões no resultado líquido de 2013, decorrente do encerramento das atividades da Controlar em 31 de janeiro de 2013. A reconciliação desse valor está demonstrada na Nota Explicativa nº 15 (pág. 70).

#### Dívida

Em 2013, a dívida bruta consolidada alcançou R\$ 8,3 bilhões em comparação a R\$ 7,3 bilhões em 2012. Do total da dívida, o montante denominado em moeda local representava 97,8% e o montante da dívida com vencimento em longo prazo representava 71,8%.

O crescimento da dívida deveu-se, principalmente, às seguintes emissões: (i) debêntures da SPVias no valor de R\$ 800 milhões em maio de 2013; (ii) debêntures da CCR no valor de R\$ 520 milhões em abril de 2013; (iii) debêntures da AutoBAn no valor de R\$ 450 milhões em outubro de 2013; (iv) Debêntures da CCR no valor de R\$ 200 milhões em outubro de 2013, para pagamento da aquisição direta e indireta do Aeroporto Internacional de Curaçao; e (v) debêntures no valor de R\$ 200 milhões da CPC para financiamento de investimentos no metrô Bahia, em setembro de 2013.

#### Investimentos

No acumulado do ano de 2013, os investimentos somaram R\$ 1.007.402 mil. As concessionárias que mais investiram foram: AutoBAn, NovaDutra, SPVias e R



## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de Reais)

|  | Controladora       |                    | Consolidado      |                  |
|--|--------------------|--------------------|------------------|------------------|
|  | 2013               | 2012               | 2013             | 2012             |
| <b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>  |                    |                    |                  |                  |
| Lucro líquido do exercício.....  | <b>1.339.571</b>   | <b>1.165.874</b>   | <b>1.367.884</b> | <b>1.192.373</b> |
| Ajustes por:   |                    |                    |                  | (Reapresentado)  |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos.....  | 864                | 3.338              | (59.067)         | (44.494)         |
| Apropriação de despesas antecipadas relacionadas à concessão.....  | -                  | -                  | 82.032           | 82.034           |
| Depreciação e amortização.....   | 7.695              | 5.955              | 502.203          | 396.680          |
| Baixa do ativo imobilizado e intangível.....   | 3                  | 434                | 17.478           | 10.217           |
| Resultado da operação de venda de participação na STP.....   | (95.042)           | -                  | (95.042)         | -                |
| Amortização do direito da concessão gerado em aquisições.....  | -                  | -                  | 62.910           | 55.798           |
| Variação cambial sobre empréstimos, financiamentos e derivativos.....  | -                  | -                  | 29.906           | 15.996           |
| Variação monetária das obrigações com o poder concedente.....  | -                  | -                  | 5.308            | 5.179            |
| Juros e variação monetária sobre debêntures, notas promissórias, empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil..... | 58.850             | 38.245             | 645.276          | 637.027          |
| Capitalização de custo de empréstimos.....   | -                  | -                  | (44.736)         | (39.620)         |
| Resultado de operações com derivativos (fair value option e hedge accounting).....   | 11.988             | (8.319)            | (19.684)         | (14.855)         |
| Constituição da provisão de manutenção.....  | -                  | -                  | 166.748          | 149.082          |
| Ajuste a valor presente da provisão de manutenção.....   | -                  | -                  | 39.093           | 49.386           |
| Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários.....                   | -                  | -                  | 18.688           | 7.366            |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....   | -                  | -                  | 910              | (303)            |
| Juros e variação monetária sobre mútuo com partes relacionadas.....  | (58.634)           | (94.311)           | (10.006)         | (6.976)          |
| Juros sobre impostos parcelados.....   | 2                  | 6                  | 28.007           | 34.409           |
| Participação dos acionistas não controladores Equilância patrimonial.....  | (1.319.778)        | (1.156.805)        | (52.815)         | (87.055)         |
|  | <b>(1.394.052)</b> | <b>(1.211.457)</b> | <b>1.317.209</b> | <b>1.249.871</b> |

|  | Controladora |           | Consolidado |           |
|--|--------------|-----------|-------------|-----------|
|  | 2013         | 2012      | 2013        | 2012      |
| <b>Variação nos ativos e passivos (Aumento) redução dos ativos</b>   |              |           |             |           |
| Contas a receber.....  | -            | -         | (10.309)    | (8.833)   |
| Contas a receber - partes relacionadas.....  | (102.325)    | (176)     | (50.932)    | (11.603)  |
| Impostos a recuperar.....  | 36.416       | (19.527)  | 38.304      | (19.668)  |
| Dividendos e juros s/ capital próprio a recebidos.....   | 1.345.268    | 1.266.236 | 109.016     | 75.573    |
| Dividendos e juros s/ capital próprio a receber.....   | (5.608)      | -         | (5.490)     | (2)       |
| Pagamentos antecipados relacionados a concessão.....   | -            | -         | (140.567)   | (131.016) |
| Despesas antecipadas e outras.....   | 396          | 62        | (18.180)    | 12.697    |
| <b>Aumento (redução) dos passivos</b>  |              |           |             |           |
| Fornecedores.....  | 1.629        | (773)     | 17.231      | (5.729)   |
| Fornecedores - partes relacionadas.....  | (1.878)      | 7.729     | (7.710)     | (9.431)   |
| Obrigações sociais e trabalhistas.....   | 1.129        | 8.500     | 2.141       | 27.140    |
| Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para imposto de renda e contribuição social..... | 210          | (870)     | 668.364     | 743.805   |
| Pagamentos com imposto de renda e contribuição social.....   | -            | -         | (644.934)   | (654.456) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras - Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 - (Valores expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional

Viajamos soluções de investimentos e serviços em infraestrutura. Essa é a principal contribuição da CCR para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. A CCR é um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina. O objeto social da CCR permite à Companhia atuar no setor de concessões de rodovias, aeroportos, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metropolitana e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participações em outras sociedades. A CCR é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Paulo, capital, constituída de acordo com as leis brasileiras e com ações negociadas na BM&FBovespa (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) sob a sigla "CCRO3".

O exercício social da Companhia e de suas investidas inicia-se em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano. Atualmente, o Grupo CCR é responsável por 2.439,28 quilômetros de rodovias da malha concedida nacional nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, sendo que em 2.347,70 quilômetros é responsável pela administração e em 90,58 quilômetros apenas pela conservação e manutenção. As rodovias do Grupo CCR estão sob a gestão das concessionárias CCR Ponte, CCR NovaDutra, CCR ViaLagos, CCR RodoNorte, CCR AutoBAn, CCR ViaOeste, CCR RodoAnel Oeste, CCR SPVias, Renovias e ViaRio. Além da atuação em concessões rodoviárias, buscamos investimentos em outros negócios. Exemplo disso são as nossas participações, diretas ou indiretas, nas empresas ViaQuatro (Linha 4-Amarela do Metrô de São Paulo), Metrô Bahia (Metrô de Salvador - Lauro de Freitas), STP (Serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamentos Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre), Samm (transmissão de dados em alta capacidade por meio de fibras óticas implantadas ao longo de rodovias e linha 4 do metrô), Barcas (transporte aquaviário de passageiros), VLT Carioca (transporte de passageiros através de veículos leves sobre trilhões) e Quiport, Aeris e CAP (operadoras dos Aeroportos Internacionais de Quito, San Jose e Curaçao, respectivamente).

Fazem parte do Grupo CCR as seguintes empresas:

#### Participações diretas da CCR

- Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (CCR NovaDutra)
- Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (CCR AutoBAn)
- Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (CCR ViaLagos)
- Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (CCR Ponte)
- RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (CCR RodoNorte)
- Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (CCR ViaOeste)
- Concessionária do RodoAnel Oeste S.A. (CCR RodoAnel Oeste)
- Companhia de Participações em Concessões (CPC)
- Parques Serviços Ltda. (Parques)
- Actua Assessoria S.A. (Actua Assessoria)
- Sam m - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. (Sam m)
- CP CSP - Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos (CP CSP)
- Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L. de C.V. (CCR México)
- Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro)
- Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP) e suas controladas, Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. (CGMP) e Sociedade de Gestão de Meios de Pagamento Ltda. (SGMP)
- Concessionária ViaRio S.A. (ViaRio)

#### Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada CPC

- Renovias Concessionária S.A. (Renovias)
- Rodovias Integradas do Oeste S.A. (CCR SPVias)
- Controlar S.A. (Controlar)
- Inovap 5 Administração e Participações Ltda. (Inovap 5)
- CCR Espanha - Concesiones y Participaciones S.L. (CCR Espanha)
- CCR España Empreendimientos S.L.U. (CCR España Empreendimientos) (Anteriormente AG Concesiones y Participaciones S.L.U. - AG Concesiones)
- Bolsa Concessions Inc. (Alba Concessions) (Anteriormente AG Concessions Inc)
- Alba Participations Inc. (Alba Participations) (Anteriormente AGC Participations Inc)
- FTZ Development S.A. (FTZ)
- Barcas S.A. - Transportes Marítimos (CCR Barcas) e sua controlada ATP - Around The Pier Administração e Participações Ltda. (ATP)
- Green Airports Inc. (Green Airports) (anteriormente AGC Airports), sua controlada em conjunto, Inveriones Bancnet S.A. (IBSA BVI) e a controlada desta, IBSA Finance (Barbados) Inc. (BSA Finance)
- Companhia do Metrô da Bahia (CCR Metrô Bahia)
- Sociedade de Participação no Aeroporto de Confins S.A. (Confins)
- Concessionária de Rodovia UL-Matrogrossense S.A. (CCR MSVia)

#### Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada indireta CCR Espanha Empreendimientos

- Quiport Holdings S.A. (Quiport Holdings) e suas controladas, Icaros Development Corporation S.A. (Icaros) e Corporación Quiport S.A. (Quiport).

#### Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada indireta CCR Espanha

- MTH Houdster En Maritien Transport B.V. (MTH)
- Companhia de Participações Aeroportuárias (CPA), sua controlada em conjunto, Curaçao Airport Investments N.V. (CAI) e as controladas desta, Curaçao Airport Real Estate Enterprise N.V. (CARE) e Curaçao Airport Partners N.V. (CAP)
- CCR Costa Rica Empreendimentos S.A. (CCR Costa Rica) (anteriormente AGC Holding), suas controladas em conjunto, Grupo de Aeropuertos Internacional AAH SRL (Aeropuertos), Desarrollos de Aeropuertos AAH SRL (Desarrollos) e Terminal Aérea General AAH SRL (Terminal) e a controlada destas, Aeris Holding Costa Rica S.A. (Aeris)

#### Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada Actua Assessoria

- Concessionária do VLT Carioca S.A. (VLT Carioca)

#### Concessões do Grupo CCR

Vejá a seguir, mais detalhes das concessões do Grupo CCR:

**CCR NovaDutra (ViaDutra):** Rodovia BR-116/RJ/SP (Via Dutra) entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, num total de 402,2 quilômetros. O prazo do contrato de concessão vai até fevereiro de 2021.

**CCR AutoBAn (AutoBAn):** Sistema Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração (operação, conservação e manutenção) de 316,8 quilômetros, e manutenção e conservação de outros 5,9 quilômetros. O prazo do contrato de concessão vai até dezembro de 2026;

**CCR ViaLagos (ViaLagos):** Ligação viária entre os municípios de Rio Bonito, Araruama e São Pedro da Aldeia, abrangendo as rodovias RJ-124 e RJ-106, totalizando 56 quilômetros. Em 13 de dezembro de 2011, foi formalizada a extensão do prazo de concessão em 15 anos, sendo que a partir de janeiro de 2012, o prazo do contrato de concessão passou a ser até janeiro de 2037.

**CCR Ponte (Ponte):** Ponte Presidente Costa e Silva (Rio-Niterói), totalizando 23,3 quilômetros. O prazo do contrato de concessão vai até maio de 2015;

**CCR RodoNorte (RodoNorte):** Rodovia BR-376, de Apucarana a São Luis do Puruã; Rodovia BR-277, entre São Luis do Puruã e Curitiba; PR-151, de Jaguariãva a Ponta Grossa; e BR-373, entre Ponta Grossa e o Trevo do Caetano. A concessionária é responsável pela administração (operação, conservação e manutenção) de 487,5 quilômetros e pela manutenção e conservação de outros 80,28 quilômetros. O prazo do contrato de concessão vai até novembro de 2021. A CCR tem 85,92% do capital social dessa concessionária;

**CCR ViaOeste (ViaOeste):** Rodovias Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Senador Jose Ermirio de Moraes (SP-075) e Dr. Celso Chaturri (SP-091), ligando a capital paulista ao oeste do Estado. A concessionária é responsável pela administração de 168,62 quilômetros e pela manutenção e conservação de outros 4,4 quilômetros. O contrato de concessão vai até dezembro de 2022;

**CCR RodoAnel Oeste (RodoAnel Oeste):** Trecho oeste do Rodoanel Mário Covas, numa extensão total de 32 quilômetros, interligando os corredores de acesso à cidade de São Paulo (SP-348, SP-330, SP-280, SP-270 e BR-116) e os conectando ao trecho sul em direção ao Porto de Santos. O prazo do contrato de concessão vai até junho de 2038. A CCR tem 98,5714% do capital social da concessionária.

**CCR SPVias (SPVias):** Rodovias Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Francisco da Silva Pontes e Antonio Romano Schincariol (ambas SP-127), Francisco Alves Negro (SP-258) e João Mellão (SP-255), num total de 515,68 quilômetros de extensão. O prazo da concessão vai até setembro de 2027.

**Renovias:** Rodovias SP-215, SP-340, SP-342, SP-344 e SP-350, entre Campinas e o sul de Minas Gerais, com extensão de 345,6 quilômetros. O prazo de concessão vai até maio de 2022. A CPC detém 40% do capital social da concessionária.

**ViaQuatro:** Linha 4-Amarela do Metrô de São Paulo, totalizando 12,8 quilômetros sobre trilhões e 11 estações, sendo 9 quilômetros (6 Estações) na fase I e os 3,8 restantes com a inclusão de mais cinco estações na fase II, que prevê ainda 3,5 quilômetros a serem operados por meio de ônibus entre a estação Vila Sônia e Taboão da Serra. A primeira fase do projeto já está concluída com a abertura das estações Luz, Repùblica, Butantã, Pinheiros, Faria Lima e Paulista. O contrato de concessão vai até novembro de 2038, podendo ser prorrogado até 2041, para completar 30 anos de operação. A CCR detém 58% do capital social dessa concessionária.

A concessão é feita no regime de Parceria Público-Privada (PPP) pela qual há o pagamento, pelo Poder Concedente, de contraprestações pecuniárias, assim como há a tarifação ao usuário pelo serviço de transporte. A concessionária é responsável pelo fornecimento dos trens, sistemas (sinalização, comunicação e controle) e pela operação e manutenção e o Poder Concedente pela infraestrutura metropolitana.

**Controlar:** A concessão contempla a implantação de centros de inspeção e a realização da inspeção obrigatória de veículos leves e pesados, com motores dos ciclos Otto e Diesel, registrados no município de São Paulo. A CPC detém, desde 2009, 45% do capital social total da concessionária, correspondente a 50% das ações ordinárias. Em 31 de janeiro de 2014, a concessionária encerrou suas atividades (vide nota explicativa 15c).

**CCR Barcas (Barcas) e ATP:** A concessão foi realizada por meio de licitação pública, em 1998, pela Companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro e é a única concessionária de serviços públicos dedicada à operação de transporte de massa no modal aquaviário, com direito de atuação no Estado do Rio de Janeiro. O contrato de concessão tem prazo de 25 anos, com possibilidade de extensão por outros 25 anos. A concessão vai até fevereiro de 2023. Em 2 de julho de 2012, a CPC passou a deter 80% do capital social dessa concessionária.

A Barcas detém 99,99% do capital da ATP, empresa cujo principal objeto social é a administração de receitas acessórias da Barcas.

A Quiport é responsável pela construção e operação do Novo Aeroporto Internacional de Quito (NQIA), localizado a aproximadamente 25 quilômetros da capital equatoriana e era responsável pela operação do antigo Aeroporto Internacional Mariscal Suñez (MSIA), em Quito. O prazo de concessão é de 30 anos, encerrando-se em janeiro de 2041. O início das operações no NQIA estava previsto para outubro de 2012, no entanto, referido prazo foi prorrogado para fevereiro de 2013 por solicitação das autoridades governamentais do Equador.

Além das empresas acima, a CPC passou a deter 100% da Alba Concessions, empresa localizada nas Ilhas Virgens Britânicas, que tem como objeto social a participação em outras sociedades, 45,5% da FTZ e 100% da Alba Participations, sendo que as duas últimas não possuem operações. A aquisição de participação acionária nas referidas empresas juntamente com a CCR Espanha Empreendiments, faz parte do projeto referente ao Aeroporto Internacional de Quito (Projeto Quito), no Equador.

**Aeroporto Internacional de San Jose, na Costa Rica:** Em 10 de setembro de 2012, a controlada da CPC, através da CCR Espanha, passou a deter indiretamente, aproximadamente 48,75% das ações da Aeris, com a aquisição da CCR Costa Rica. A CCR Costa Rica detém participação direta de 48,767% na Aeropuertos, de 51% na Desarrollos e de 50% na Terminal, sendo que estas detêm 42,5%, 52,4% e 2,6%, respectivamente, do capital social da Aeris.

A CCR Costa Rica, a Aeropuertos, e Desarrollos e a Terminal, são empresas localizadas na Costa Rica, que têm por objeto social a participação em outras sociedades. A Aeris é responsável pela operação do Aeroporto Internacional de San Jose (Aeroporto Internacional Juan Santa Maria). O prazo de concessão vai até maio de 2026.

Além das empresas acima, a CPC passou a deter 100% da Green Airports, a qual detém participação de 50% na IBSA BVI, ambas localizadas nas Ilhas Virgens Britânicas, sendo que a IBSA BVI detém participação de 100% na IBSA Finance, localizada em Barbados. A aquisição de participação acionária nas referidas empresas, faz parte do projeto referente ao Aeroporto Internacional de San Jose (Projeto Costa Rica).

A Green Airports, a IBSA BVI e a IBSA Finance têm como objeto social a participação em outras sociedades.

Em 21 de junho de 2013, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a mudança da razão social da investida para Concessionária ViaRio S.A. (ViaRio).

**Metrô Bahia:** Em 15 de outubro de 2013, a Metrô Bahia assinou contrato para a exploração de concessão em regime de Parceria Público-Privada, na modalidade de concessão patrocinada, para implantação e operação do sistema metrôviário de Salvador e Lauro de Freitas. O contrato de concessão que tem prazo de 30 anos e a CCR detém, diretamente e indiretamente, 100% do capital social dessa Concessionária.

**VLT Carioca:** Em 14 de junho de 2013, a concessionária VLT Carioca assinou o contrato de concessão em regime de Parceria Público-Privada, na modalidade de concessão patrocinada dos serviços, fornecimentos e obras de implantação, operação e manutenção de sistema de transporte de passageiros através de Veículo Leve sobre Trilhões ("VLT"), na região portuária e central do Rio de Janeiro. A concessão tem prazo de 25 anos, contados a partir da emissão da ordem de início e contará com 42 estações e cerca de 28 quilômetros de vias. A Actua Assessoria detém 24,4375% do capital social dessa concessionária.

**Aeroporto Tancredo Neves (Confins):** O consórcio Aero Brasil, formado pelo Grupo CCR, com 75% de participação, e os operadores aeroportuários internacionais Flughafen München GmbH e Flughafen Zürich AG, em 25%, conjuntamente, apresenta o melhor proposta no leilão de concessão para ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional Tancredo Neves/Confins. Confins é um dos principais aeroportos em operação no País, com um total de 6,3 milhões de passageiros transportados de janeiro a dezembro de 2013, segundo dados apresentados no Movimento Operacional da Rede Infaero. O prazo de concessão é de 30 anos. A CPC detém 38,25% da concessionária que operará o referido aeroporto.

**MSVia:** Em 20 de setembro de 2013, a CPC foi declarada vencedora do processo de licitação da BR-163 (Lote 6). Com essa conquista, a empresa ficou responsável por mais 847,2 quilômetros de rodovia ligando Mundo Novo (cidade em Mato Grosso do Sul, próximo a divisa com o estado do Paraná) a fronteira com o Paraguai) até Sonora/Pedro Gomes, na divisa com o Estado do Mato Grosso. O início das operações está previsto para março de 2014 e o prazo de concessão é de 30 anos.

#### Outras empresas do Grupo CCR

**CPC:** Tem por objetivo avaliar as oportunidades de novos negócios, em processos de licitação, bem como realizar a administração direta de novos negócios. A CPC ainda conta com a Divisão Engolgy e a Divisão Engolgytec, ambas com autonomia de gestão e foco nos resultados em suas áreas de atuação. A CCR e a Actua Assessoria detém 99% e 1% do capital da CPC, respectivamente.

|  | Controladora       |                  | Consolidado      |                    |
|--|--------------------|------------------|------------------|--------------------|
|  | 2013               | 2012             | 2013             | 2012               |
| Realização da provisão de manutenção.....  | -                  | -                | (165.339)        | (261.400)          |
| Obrigações com o poder concedente.....   | -                  | -                | (24.396)         | (4.408)            |
| Dividendos e juros s/ capital próprio a pagar.....   | -                  | 120              | -                | -                  |
| Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários..... | -                  | -                | (11.698)         | (9.481)            |
| Outras contas a pagar.....   | 581                | 629              | 23.973           | (25.996)           |
| <b>Fluxo líquido proveniente das atividades operacionais.....</b>                          | <b>1.221.337</b>   | <b>1.216.347</b> | <b>2.464.567</b> | <b>2.158.436</b>   |
| <b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>                                      |                    |                  |                  |                    |
| Mútuos com partes relacionadas:  |                    |                  |                  |                    |
| Liberação.....   | (3.465)            | (64.425)         | (3.110)          | -                  |
| Recebimentos.....  | 75.430             | -                | 72.866           | 483                |
| Recebimento pela venda de participação na STP.....   | 100.320            | -                | 100.320          | -                  |
| Pagamento pela compra de Quiport, líquido do caixa adquirido.....                          | -                  | -                | -                | (285.232)          |
| Pagamento pela compra de Aeris, líquido do caixa adquirido.....                            | -                  | -                | -                | (98.591)           |
| Pagamento pela compra de Barcas, líquido do caixa adquirido.....                           | -                  | -                | -                | (71.078)           |
| Pagamento pela compra de Curaçao, líquido do caixa adquirido.....                          | -                  | -                | -                | (15.637)           |
| Aquisição de ativo imobilizado.....  | (12.788)           | (10.386)         | (193.127)        | (58.747)           |
| Adições de ativo intangível.....   | -                  | -                | (814.275)        | (456.892)          |
| Aumento de capital em investidas e outros movimentos de investimentos, líquido.....        | (108.985)          | (616.773)        | 36.975           | 16.699             |
| <b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos.....</b>                            | <b>50.512</b>      | <b>(691.584)</b> | <b>(815.988)</b> | <b>(1.142.227)</b> |
| <b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>                                      |                    |                  |                  |                    |
| Resgates / aplicações (conta reserva).....   | -                  | -                | (31)             | (29)               |
| Liquidação de operações com derivativos.....   | 11.283             | 2.411            | 69.598           | (7.170)            |
| Contratações de operações com derivativos.....   | (12.076)           | -                | (22.603)         | -                  |
| Mútuos com partes relacionadas:  |                    |                  |                  |                    |
| Captações.....   | -                  | -                | 7.419            | 6.722              |
| Pagamentos.....  | -                  | 79.289           | (3.101)          | (1.524)            |
| Empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e arrendamento mercantil.....  | 718.890            | 399.958          | 3.454.833        | 3.607.168          |
| Captações.....   | (462.761)          | (58.033)         | (2.537.346)      | (2.910.599)        |
| Pagamentos de principal.....   | (59.302)           | (13.301)         | (621.064)        | (710.782)          |
| Dividendos pagos a acionistas controladores.....   | (1.301.209)        | (1.054.192)      | (1.301.209)      | (1.054.059)        |
| Dividendos pagos a acionistas não controladores.....                                       | -                  | -                | (27.402)         | (23.838)           |
| <b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamento.....</b>                            | <b>(1.105.175)</b> | <b>(644.868)</b> | <b>(960.906)</b> | <b>(1.094.111)</b> |
| Efeito de variações da taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa.....                | -                  | -                | (252)            | -                  |
| <b>Aumento/redução do caixa e equivalentes de caixa.....</b>                               | <b>166.674</b>     | <b>(120.105)</b> | <b>667.421</b>   | <b>(77.902)</b>    |
| <b>Demonstração do aumento/redução do caixa e equivalentes de caixa</b>                    |                    |                  |                  |                    |
| No início do exercício.....  | 243.868            | 363.973          | 598.254          | 676.156            |
| No final do exercício.....   | 410.542            | 243.868          | 1.265.675        | 598.254            |
|  | <b>166.674</b>     | <b>(120.105)</b> | <b>667.421</b>   | <b>(77.902)</b>    |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras - Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 - (Valores expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional

Viajamos soluções de investimentos e serviços em infraestrutura. Essa é a principal contribuição da CCR para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. A CCR é um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina. O objeto social da CCR permite à Companhia atuar no setor de concessões de rodovias, aeroportos, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metropolitana e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participações em outras sociedades. A CCR é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Paulo, capital, constituída de acordo com as leis brasileiras e com ações negociadas na BM&FBovespa (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) sob a sigla "CCRO3".

O exercício social da Companhia e de suas investidas inicia-se em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano. Atualmente, o Grupo CCR é responsável por 2.439,28 quilômetros de rodovias da malha concedida nacional nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, sendo que em 2.347,70 quilômetros é responsável pela administração e em 90,58 quilômetros apenas pela conservação e manutenção. As rodovias do Grupo CCR estão sob a gestão das concessionárias CCR Ponte, CCR NovaDutra, CCR ViaLagos, CCR RodoNorte, CCR AutoBAn, CCR ViaOeste, CCR RodoAnel Oeste, CCR SPVias, Renovias e ViaRio. Além da atuação em concessões rodoviárias, buscamos investimentos em outros negócios. Exemplo disso são as nossas participações, diretas ou indiretas, nas empresas ViaQuatro (Linha 4-Amarela do Metrô de São Paulo), Metrô Bahia (Metrô de Salvador - Lauro de Freitas), STP (Serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamentos Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre), Samm (transmissão de dados em alta capacidade por meio de fibras óticas implantadas ao longo de rodovias e linha 4 do metrô), Barcas (transporte aquaviário de passageiros), VLT Carioca (transporte de passageiros através de veículos leves sobre trilhões) e Quiport, Aeris e CAP (operadoras dos Aeroportos Internacionais de Quito, San Jose e Curaçao, respectivamente).



*continuação*

## Notas explicativas às demonstrações financeiras – Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 - (Valores expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado à partir dessa data.

Com o objetivo de reduzir o risco de exposição à variabilidade dos fluxos de caixa que (i) seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido (tal como todos os alguns dos futuros pagamentos de juros sobre uma dívida de taxa variável) ou a uma transação prevista altamente provável e que (ii) possa afetar o resultado, a parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica "Reserva de *hedge* de fluxo de caixa". Os ganhos ou as perdas relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado. Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumuladas e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

- Capital social - ações ordinárias
- Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

**f) Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais têm no patrimônio e são reconhecidos no balanço de valor.

**g) Custo de transação na emissão de títulos de dívida**

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuidos ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

**h) Ativo imobilizado**  
• Reconhecimento e mensuração  
O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) em qualquer momento.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repositou por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 16.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

**i) Ativos intangíveis**

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil estimada.

- Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ações.

Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

Os ativos gerados nas aquisições das participações acionárias nas empresas STP e Siga Livre (incorporada), estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura dessas empresas. Os ativos intangíveis possuem vida útil indefinida e têm seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou em períodos menores, caso haja indicadores de perda de valor.

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 17.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item "u".

**j) Ativos arrendados**

- Arrendamento mercantil operacional

Os pagamentos efetuidos sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº 24a.

- Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil que transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são caracterizados como arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor.

Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo ou prazo de concessão, dos dois o menor.

Os pagamentos mínimos de arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período de acordo com o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo, conforme nota explicativa nº 24b.

**k) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)**

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está impaired, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ação não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**l) Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

**m) Provisão de manutenção - contratos de concessão**

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade e/ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

**n) Receitas e despesas financeiras**

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

**o) Capitalização dos custos dos empréstimos**

Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

**p) Benefícios a empregados**

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- Plano de benefício definido

O passivo reconhecido no balanço relativo aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. O valor presente da obrigação é determinado utilizando-se premissas para o cálculo atuarial, conforme descrito na nota explicativa nº 33.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

**q) Pagamentos baseados em ações**

Os efeitos de pagamentos baseados em ações são calculados pelo valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado, à medida que as condições contratuais sejam atendidas.

**r) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para o cálculo da contribuição diferida e mensuradas pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseado-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos diferidos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária e a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração do imposto de renda e contribuição social.

No dia 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e dispõe sobre a tributação das pessoas residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior, além de outras alterações na legislação tributária. Os dispositivos da Medida Provisória entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário 2014, a ser regulamentada pela Receita Federal do Brasil. A Companhia está avaliando os impactos deste evento.

A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração do imposto de renda e contribuição social.

No dia 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e dispõe sobre a tributação das pessoas residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior, além de outras alterações na legislação tributária. Os dispositivos da Medida Provisória entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário 2014, a ser regulamentada pela Receita Federal do Brasil. A Companhia está avaliando os impactos deste evento.

No melhor entendimento da Administração, baseado na opinião de nossos assessores jurídicos, não se espera impactos materiais nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração.

**s) Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuído aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

**t) Direito de concessão**

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da ODCP 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar (divulgado na nota explicativa nº 32) ao Poder Concedente, sob o entendimento dos contratos de concessão de suas investidas serem contratos executórios. Nos contratos de concessão a relação entre as partes é continuada, havendo obrigações recíprocas a serem cumpridas ao longo de toda a concessão, sendo que o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato.

Este tipo de contrato, tanto o concessionário quanto o concessionário possuem o direito de rescisão, sendo que o concessionário terá direito ao mesmo investimento realizado e não amortizados. A Administração da Companhia avalia que o contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

**u) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICP nº 1 (R)**

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICP nº 01 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível a medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual independente de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Como a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração de infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

**v) Informação por segmento**

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolva atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com outros componentes do Grupo CCR. Todos os resultados operacionais são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento, avaliação de seu desempenho e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

**w) Custos pré-operacionais**

A partir de 1º de janeiro de 2009, os custos pré-operacionais não podem mais ser capitalizados e, consequentemente, passaram a ser registrados como despesas operacionais, com exceção daqueles que se qualificam como composição do custo dos ativos, a exemplo de custos de pessoal diretamente vinculados ao processo de aquisição e preparação dos ativos para funcionamento, bem como custos de empréstimos relacionados à aquisição dos ativos enquanto estes estiverem em construção.

Os saldos existentes no ativo diferido em 31 de dezembro de 2008, estão sendo mantidos nesta conta até sua completa amortização conforme opção descrita no item 20 do CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida para a Lei nº 11.941/09. Entretanto, para fins das demonstrações consolidadas, estes saldos e suas respectivas amortizações estão sendo eliminados conforme descrito no item "x" desta nota explicativa.

**x) Demonstrações de valor adicionado**

Os dados elaborados das demonstrações de valor adicionado (DVA) da controladora e do consolidado, nos termos do CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

**y) Novos pronunciamentos e interpretações**

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2013 pelo International Accounting Standards Board - IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia e suas investidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de novembro de 2013. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

| Pronunciamento                                   | Descrição  | Vigência |
|--|--|----------|
| IFRS 9 - Instrumentos financeiros                | Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração | (b)      |
| IFRS 7 E IFRS 9 - Modificações a IFRS 7 E IFRS 9 | Determina a data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgação de transição   | (a)      |
| Modificações a IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27         | Introduz novas exigências de divulgação a entidades de investimentos   | (b)      |
| IAS 32 - Modificações a IAS 32                   | Compensação de ativos e passivos financeiros   | (a)      |

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014;

(b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB e IFRIC, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

| Pronunciamento  | Descrição   | Vigência |
|---|---|----------|
| IFRS 7 - Modificações na IFRS 7                                       | Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros. Estabelece a divulgação - compensação de ativos e passivos financeiros.  | (a)      |
| IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - Modificações a IFRS 7, IFRS 11 e IFRS 12 | Demonstrações financeiras consolidadas, negócios em conjunto e divulgações de participações em outras entidades: guia de transição.   | (a)      |
| IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas                      | Substitui as partes do IAS 27 que tratam de grupo e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC - 12.   | (a)      |
| IFRS 11 - Acordos de Participações                                    | Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em "joint ventures", eliminando o método de consolidação proporcional.  | (a)      |
| IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades            | Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.   | (a)      |
| IFRIC 20 - Custos de produção sobre mineração                         | Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização entre outros.  | (a)      |
| IFRS 13 - Valor justo   | Estabelece um único IFRS a estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações sobre o mesmo.  | (a)      |
| IAS 19 - Benefícios a empregados                                      | Fornece aos investidores e outros usuários das demonstrações financeiras uma idéia mais clara das obrigações atuais e futuras da empresa, decorrentes de planos de benefícios definidos e como essas obrigações afetarão a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa.<br>Modificações para equalização com as IFRS 10, 11 e 12. | (a)      |

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

Em 1º de janeiro de 2013, entraram em vigor as novas e revisadas normas contábeis acima, que introduziram algumas modificações nas práticas adotadas até o exercício anterior. Conforme previsto no CPC 23, mudanças de práticas contábeis requerem a aplicação retrospectiva, de forma a ajustar os períodos anteriores, apresentados para fins de comparação com período atual, às mesmas práticas contábeis, com se estivessem em vigor a partir do início do período mais antigo apresentado. Os pronunciamentos acima foram editados pelo CPC, aprovados pela CVM e aplicados pela Companhia a partir de janeiro de 2013.

A principal mudança deu-se nas informações de controladas em conjunto nas demonstrações financeiras consolidadas, que deixaram de ser consolidadas proporcionalmente e passaram a ser reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial, em conjunto com os novos requerimentos e divulgações.

Em decorrência da aplicação dos novos pronunciamentos listados acima, as demonstrações financeiras comparativas foram ajustadas para fins de comparabilidade. Os quadros abaixo demonstram os efeitos retroativos com relação ao balanço patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 e as demonstrações do resultado, às demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação nesse exercício.

Vide nota explicativa nº 15 - Investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto.

Além da aplicação dos novos pronunciamentos acima mencionados, foram efetuadas reclassificações de saldos nos balanços patrimoniais de 1º de janeiro de 2012, controladora e consolidado, para fins de melhor comparabilidade das demonstrações financeiras. As reclassificações referem-se a: (i) transferências de mútuos a receber do ativo circulante para o não circulante, nos montantes de R\$ 62.374 e R\$ 26.197, na controladora e no consolidado, respectivamente e; (ii) transferência de impostos diferidos do ativo não circulante para o passivo não circulante, nos montantes de R\$ 5.988 e R\$ 564.493, na controladora e no consolidado, respectivamente, com a finalidade de demonstrar os ativos e passivos fiscais diferidos pelo saldo líquido. As reclassificações no consolidado estão apresentadas nas demonstrações financeiras a seguir, assim como os ajustes de novos pronunciamentos mencionados anteriormente.

|  | 2012                    |           |                 | 1º/01/2012              |                               |                 |
|--|-------------------------|-----------|-----------------|-------------------------|-------------------------------|-----------------|
|  | (Emitido anteriormente) | (Ajustes) | (Reapresentado) | (Emitido anteriormente) | (Ajustes)/ (Reclassificações) | (Reapresentado) |

|                               | 2012                    |           |                 | 1º/01/2012              |                               |                 |
|-------------------------------|-------------------------|-----------|-----------------|-------------------------|-------------------------------|-----------------|
|                               | (Emitido anteriormente) | (Ajustes) | (Reapresentado) | (Emitido anteriormente) | (Ajustes)/ (Reclassificações) | (Reapresentado) |
| <b>Ativo</b>                  |                         |           |                 |                         |                               |                 |
| <b>Circulante</b>             |                         |           |                 |                         |                               |                 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 872.491                 | (274.237) | 598.254         | 763.331                 | (87.175)                      | 676.156         |
| Conta reserva                 | 9.765                   | (9.765)   | -               | 4                       | -                             | 4               |
| Contas a receber              | 279.843                 | (248.564) | 31.279          | 240.8                   |                               |                 |

continuação

**Notas explicativas às demonstrações financeiras** - Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 - (Valores expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Demonstração dos fluxos de caixa (continuação)  |                         |                  |                    |
|---|-------------------------|------------------|--------------------|
|   | 2012                    |                  |                    |
|   | (Emitido anteriormente) | (Ajustes)        | (Reapresentado)    |
| Dividendos e juros s/ capital próprio a recebidos   | -                       | 75.573           | 75.573             |
| Dividendos e juros s/ capital próprio a receber   | (2)                     | -                | (2)                |
| Pagamentos antecipados relacionados a concessão   | (133.777)               | 2.761            | (131.016)          |
| Despesas antecipadas e outras   | (16.630)                | 29.327           | 12.697             |
| <b>Aumento (redução) dos passivos</b>   |                         |                  |                    |
| Fornecedores  | 14.331                  | (20.060)         | (5.729)            |
| Fornecedores - partes relacionadas  | (277.821)               | 268.390          | (9.431)            |
| Obrigações sociais e trabalhistas   | 37.069                  | (9.929)          | 27.140             |
| Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para imposto de renda e contribuição social | 774.994                 | (31.189)         | 743.805            |
| Pagamentos com imposto de renda e contribuição social   | (654.456)               | -                | (654.456)          |
| Realização do provisão de manutenção  | (269.704)               | 8.304            | (261.400)          |
| Obrigações com o poder concedente   | 13.500                  | (17.908)         | (4.408)            |
| Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários                   | -                       | (9.481)          | (9.481)            |
| Outras contas a pagar   | (3.665)                 | (22.331)         | (25.996)           |
| <b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>  | <b>2.373.453</b>        | <b>(215.017)</b> | <b>2.158.436</b>   |
| <b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>   |                         |                  |                    |
| Baixa de adiantamentos  | (2.922)                 | 2.922            | -                  |
| Mútuos com partes relacionadas:   | -                       | -                | -                  |
| Recebimentos  | -                       | 483              | 483                |
| Pagamento pela compra de Quiport, líquido do caixa adquirido  | (188.398)               | (96.834)         | (285.232)          |
| Pagamento pela compra de Aeris, líquido do caixa adquirido  | (68.927)                | (29.664)         | (98.591)           |
| Pagamento pela compra de Barcas, líquido do caixa adquirido   | (73.741)                | 2.663            | (71.078)           |
| Pagamento pela compra de Curação, líquido do caixa adquirido  | (53.725)                | (5.022)          | (58.747)           |
| Aquisição de ativo imobilizado  | (215.783)               | 26.714           | (189.069)          |
| Adições ao ativo imobilizado  | (535.176)               | 78.484           | (456.692)          |
| Aumento de capital em investidas e outros movimentos de investimentos                                   | (20.200)                | 36.899           | 16.699             |
| Participação dos acionistas não controladores   | 53.356                  | (53.356)         | -                  |
| <b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>  | <b>(1.105.516)</b>      | <b>(36.711)</b>  | <b>(1.142.227)</b> |
| <b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>   |                         |                  |                    |
| Resgates / aplicações (conta reserva)   | (9.794)                 | 9.765            | (29)               |
| Liquidação de operações com derivativos   | (7.595)                 | 425              | (7.170)            |
| Mútuos com partes relacionadas:   | -                       | -                | -                  |
| Captações   | 6.722                   | -                | 6.722              |
| Pagamentos  | (1.507)                 | (17)             | (1.524)            |
| Empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e arrendamento mercantil                    | -                       | -                | -                  |
| Captações   | 3.620.132               | (12.964)         | 3.607.168          |
| Pagamentos de principal   | (2.944.319)             | 33.720           | (2.910.599)        |
| Pagamentos de juros   | (744.519)               | 33.737           | (710.782)          |
| Dividendos pagos a acionistas controladores   | (1.077.897)             | 23.836           | (1.054.059)        |
| Dividendos pagos a acionistas não controladores   | -                       | (23.838)         | (23.838)           |
| <b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>   | <b>(1.158.777)</b>      | <b>64.666</b>    | <b>(1.094.111)</b> |
| <b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>   | <b>109.160</b>          | <b>(187.062)</b> | <b>(77.902)</b>    |
| <b>Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>   |                         |                  |                    |
| No início do exercício  | 763.331                 | (87.175)         | 676.156            |
| No final do exercício   | 872.491                 | (274.237)        | 598.254            |
|   | <b>109.160</b>          | <b>(187.062)</b> | <b>(77.902)</b>    |

| Demonstração do valor adicionado                      |                         |                  |                  |
|---|-------------------------|------------------|------------------|
|   | 2012                    |                  |                  |
|   | (Emitido anteriormente) | (Ajustes)        | (Reapresentado)  |
| <b>Receitas</b>                                       |                         |                  |                  |
| Receitas de pedágio                                   | 5.060.150               | (127.953)        | 4.932.197        |
| Receitas de construção                                | 570.992                 | (106.401)        | 464.591          |
| Outras receitas                                       | 628.215                 | (456.341)        | 171.874          |
| <b>Insuמוo adquirido de terceiros</b>                 |                         |                  |                  |
| Custos de construção                                  | (570.992)               | 106.401          | (464.591)        |
| Provisão de manutenção                                | (152.053)               | 2.971            | (149.082)        |
| Custos dos serviços prestados                         | (641.188)               | 35.190           | (605.998)        |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros    | (407.268)               | 100.567          | (306.701)        |
| <b>Valor adicionado bruto</b>                         | <b>4.487.856</b>        | <b>(445.566)</b> | <b>4.042.290</b> |
| <b>Depreciação e amortização</b>                      | <b>(540.262)</b>        | <b>87.784</b>    | <b>(452.478)</b> |
| <b>Valor adicionado líquido gerado pela Companhia</b> | <b>3.947.594</b>        | <b>(357.782)</b> | <b>3.589.812</b> |
| <b>Valor adicionado recebido em transferência</b>     |                         |                  |                  |
| Resultado de equivalência patrimonial                 | -                       | 87.055           | 87.055           |
| Receitas financeiras                                  | 265.883                 | (53.319)         | 212.564          |
| <b>Valor adicionado total a distribuir</b>            | <b>4.213.477</b>        | <b>(324.046)</b> | <b>3.889.431</b> |
| <b>Distribuição do valor adicionado</b>               |                         |                  |                  |
| <b>Empregados</b>                                     |                         |                  |                  |
| Remuneração direta                                    | 386.006                 | (70.419)         | 315.587          |
| Benefícios  | 83.796                  | (14.781)         | 69.015           |
| FGTS  | 20.559                  | (4.833)          | 15.726           |
| Outros  | 6.636                   | (1.644)          | 4.992            |
| <b>Tributos</b>                                       |                         |                  |                  |
| Federais  | 933.929                 | (101.534)        | 832.395          |
| Estaduais   | 1.145                   | 53               | 1.198            |
| Municipais  | 277.819                 | (18.831)         | 258.988          |
| <b>Remuneração de capitais de terceiros</b>           |                         |                  |                  |
| Juros   | 924.258                 | (90.108)         | 834.150          |
| Aluguéis  | 25.284                  | (9.138)          | 16.146           |
| Outorga   | 361.672                 | (12.811)         | 348.861          |
| <b>Remuneração de capitais próprios</b>               |                         |                  |                  |
| Dividendos  | 500.000                 | -                | 500.000          |
| Lucros retidos do exercício                           | 677.284                 | -                | 677.284          |
| Participação dos não controladores                    | 15.089                  | -                | 15.089           |
|   | <b>4.213.477</b>        | <b>(324.046)</b> | <b>3.889.431</b> |

**3. Aquisição de controlada**  
Em 12 de junho de 2013, a CCR Espanha, adquiriu participação adicional de 39% do capital social da CAP, passando a deter, direta e indiretamente, 79,8% do capital social da investida, conforme nota explicativa nº 1. Com a aquisição de participação adicional, a Companhia, através de suas controladas, passou a deter o controle da investida. A seguir, são resumidos os tipos de contraprestações transferidas e os valores justos iniciais reconhecidos de ativos adquiridos e passivos assumidos na data base de 12 de junho de 2013:

|  | Aeroporto Internacional de Curaçao |          |
|--|------------------------------------|----------|
| Caixa  |                                    | 86.165   |
| <b>Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos</b> |                                    |          |
| Caixa e equivalentes de caixa                                |                                    | 18.367   |
| Contas a receber de clientes                                 |                                    | 7.703    |
| Contas a receber - partes relacionadas                       |                                    | 665      |
| Despesas antecipadas e outros                                |                                    | 4.131    |
| Intangível   |                                    | 98.080   |
| Empréstimos e financiamentos                                 |                                    | (48.208) |
| Fornecedores e outras contas a pagar                         |                                    | (17.888) |
| Fornecedores - partes relacionadas                           |                                    | (664)    |
| Obrigações fiscais e trabalhistas                            |                                    | (12.257) |
| Total de ativos líquidos identificáveis                      |                                    | 49.929   |

Os ativos e passivos das empresas adquiridas estão demonstrados pelos seus valores justos.  
**Direito da Concessão gerado na aquisição de negócio**  
A alocação do preço de compra está demonstrada abaixo:  
Participação de minoritários ..... 10.085  
Valor justo da contraprestação transferida em junho de 2013 ..... 34.004  
Valor justo da contraprestação transferida em outubro de 2012 ..... 32.927  
Valor total da contraprestação transferida ..... 77.016  
Valor justo total líquido de ativos identificáveis, excluindo o direito de concessão ..... (49.929)  
Total do direito de concessão gerado na aquisição ..... 27.087

O direito de concessão gerado na aquisição será amortizado durante o prazo de concessão da CAP, até abril de 2033.  
Para determinação do valor justo do direito de explorar a concessão, a Companhia utilizou os conceitos do CPC 15(R1) sobre aquisição em estágios (step acquisition).  
Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2013, a Administração estimou que a receita consolidada seria acrescida em aproximadamente R\$ 35.342 e o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, teria sido aumentado em aproximadamente R\$ 3.701.  
Considerando que as informações acima se referem a uma estimativa preliminar do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, podem ocorrer alterações em relação ao cálculo final.

**4. Apresentação das demonstrações financeiras**  
**Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)**  
As presentes demonstrações financeiras incluem:  
• As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP); e  
• As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).  
As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BRGAAP, sendo que essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) pelo método de equivalência patrimonial no BRGAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.  
Entre as demonstrações consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e o BRGAAP e as demonstrações da controladora preparadas de acordo com o BRGAAP, há diferença no patrimônio líquido e no resultado do exercício, em decorrência da manutenção nas demonstrações financeiras individuais de saldos de ativo diferido oriundo de despesas pré-operacionais de suas controladas e controladas em conjunto, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, enquanto que nas demonstrações financeiras consolidadas não é permitida a manutenção de tal saldo, conforme item 5 do Pronunciamento Técnico CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41. Os montantes das divergências geradas pelas diferenças de práticas contábeis estão demonstrados abaixo:  
**Ajustes no patrimônio líquido**

|   | 2013      | 2012      |
|---|-----------|-----------|
| Patrimônio líquido da controladora                              | 3.475.447 | 3.359.725 |
| Baixa do ativo diferido   | (161.588) | (180.293) |
| Reversão da amortização do ativo diferido                       | 122.159   | 129.444   |
| Patrimônio líquido dos acionistas da controladora - consolidado | 3.436.018 | 3.308.876 |

| Ajustes no resultado do exercício  |           |           |  |
|--|-----------|-----------|--|
|  | 2013      | 2012      |  |
| Resultado do exercício da controladora   | 1.339.571 | 1.165.874 |  |
| Reversão da amortização do ativo diferido                                      | 11.420    | 11.410    |  |
| Resultado do exercício consolidado (atribuível aos acionistas da controladora) | 1.350.991 | 1.177.284 |  |

Em 19 de fevereiro de 2014, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras individuais da controladora e as consolidadas.  
**Base de mensuração**  
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:  
• Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado.  
• Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.  
• Passivos para pagamentos com base em ações, liquidados em dinheiro, mensurados ao valor justo.  
**Moeda funcional e moeda de apresentação**  
As demonstrações financeiras da controladora e as consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nessas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**Uso de estimativas e julgamentos**  
A preparação das demonstrações financeiras individuais da controladora e as consolidadas, preparadas de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:  
**Nota**  
2 Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPO01 (R1)  
9 Provisão para devedores duvidosos  
11b Impostos diferidos  
16 Depreciação do ativo imobilizado  
17 Amortização dos ativos intangíveis

**5. Determinação dos valores justos**  
Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo.  
• Investimentos em títulos financeiros  
O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.  
• Passivos financeiros não derivativos  
O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg).  
• Derivativos  
As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de swaps de moeda, de taxa de juros, NDF (non deliverable forward) e opções de compra de Libor, que visam à proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros.  
Operações de swap de juros e/ou de moeda e NDF  
Os valores justos de operações de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.  
Opções de compra de moeda com teto (cap)  
O valor justo das opções de compra é calculado utilizando o modelo de Black-Scholes para precificação de opções cambiais.  
• Transações de pagamentos baseados em ações  
O valor justo das opções de pagamentos baseados em ações (incentivos de longo prazo) é mensurado utilizando-se da fórmula Black-Scholes-Merton. Os inputs de mensuração incluem o valor da Unidade de Valor (UVV) na data de mensuração, a duração do instrumento, a volatilidade esperada, a média ponderada dos prazos estimados destes instrumentos, dividendos esperados, taxa livre de risco, expectativa de postergação de resgate de cada tranche e expectativa de cancelamentos.

**6. Segmentos operacionais**  
As informações por segmento são apresentadas, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por Segmento e em relação aos negócios da Companhia e de suas controladas que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Companhia.  
Os resultados por segmento, assim como os ativos e passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.  
Os negócios da Companhia foram divididos em cinco segmentos operacionais principais: Concessões rodoviárias, de transporte de passageiros, de transporte marítimo, aeroportuárias e serviços/holding.  
Nos segmentos operacionais, estão os seguintes negócios da Companhia:  
• Concessões rodoviárias: AutoBAn, ViaOeste, NovaDutra, RodoNorte, SPVias, Ponte, Vialagos, RodoAnel Oeste, Renovias, ViaRio e MSVias.  
• Concessão de transporte de passageiros: Metrô Bahia, ViaQuatro e VLT Carioca.  
• Concessão de transporte marítimo: Barcas e ATP.  
• Concessões Aeroportuárias: Conflins, Quiport, Aeris e CAP, e todas as empresas relacionadas a estas concessões.  
• Serviços/holdings: a Companhia, as sub-holdings CPC e CCR Espanha e os demais negócios não alocados aos segmentos anteriormente dispostos.  
A Companhia possui substancialmente operações no Brasil, exceto as participações em aeroportos e suas respectivas holdings, sendo que a carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

A seguir, estão apresentadas as informações por segmento:

|   | Concessões rodoviárias | Concessão de transporte passageiros | Serviços/Holdings aeroportuárias | Concessões de transporte marítimo | Consolidado     |
|---|------------------------|-------------------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|-----------------|
| <b>Informações relativas a 31 de dezembro de 2013</b> |                        |                                     |                                  |                                   |                 |
| Receitas brutas                                       | 6.232.431              | 4.934                               | 18.541                           | 66.126                            | 175.998         |
| Receitas brutas entre segmentos                       | -                      | -                                   | 9.868                            | -                                 | 9.868           |
| Receitas financeiras                                  | 161.965                | 18.159                              | 49.716                           | 11.849                            | 3.904           |
| Despesas financeiras                                  | (732.500)              | (11.741)                            | (117.586)                        | (2.620)                           | (14.110)        |
| Depreciação e amortização                             | (496.554)              | -                                   | (43.230)                         | (7.399)                           | (17.930)        |
| <b>Resultado de renda e da contribuição social</b>    | <b>1.406.974</b>       | <b>1.311</b>                        | <b>(37.543)</b>                  | <b>51.838</b>                     | <b>(54.696)</b> |
| Imposto de renda e contribuição social                | (708.801)              | (667)                               | (14.619)                         | (83)                              | -               |
| Resultado de equivalência patrimonial                 | 28.874                 | 41.534                              | (53.946)                         | 36.353                            | -               |
| Ativos dos segmentos divulgáveis                      | 11.659.342             | 303.205                             | 1.100.691                        | 649.935                           | 319.837         |
| Investimentos em coligadas e controladas em conjunto  | 212.989                | 90.404                              | 49.598                           | 230.633                           | -               |
| CAPEX   | 829.264                | 17.619                              | 101.542                          | 19.486                            | 39.491          |
| Passivos dos segmentos divulgáveis                    | (8.821.840)            | (6.523)                             | (1.363.000)                      | (75.047)                          | (281.059)       |
| <b>Informações relativas a 31 de dezembro de 2012</b> |                        |                                     |                                  |                                   |                 |
| <b>(Reapresentado)</b>                                |                        |                                     |                                  |                                   |                 |
| Receitas brutas                                       | 5.481.228              | -                                   | 2.282                            | -                                 | 74.150          |
| Receitas brutas entre segmentos                       | -                      | -                                   | 9.176                            | -                                 | 11.002          |
| Receitas financeiras                                  | 138.789                | -                                   | 67.845                           | 4.633                             | 1.497           |
| Despesas financeiras                                  | (771.218)              | -                                   | (67.941)                         | (1)                               | (17.156)        |
| Depreciação e amortização                             | (430.571)              | -                                   | (13.383)                         | (292)                             | (8.232)         |
| <b>Resultado de renda e da contribuição social</b>    | <b>1.157.437</b>       | -                                   | <b>49.375</b>                    | <b>7.618</b>                      | <b>(22.057)</b> |
| Imposto de renda e contribuição social                | (573.372)              | -                                   | (11.553)                         | (818)                             | 6.348           |
| Resultado de equivalência patrimonial                 | 24.359                 | 23.513                              | 44.124                           | (4.941)                           | -               |
| Ativos dos segmentos divulgáveis                      | 10.974.696             | 42.043                              | 1.032.435                        | 386.113                           | 275.964         |
| Investimentos em coligadas e controladas em conjunto  | 222.425                | 42.043                              | 173.544                          | 238.282                           | -               |
| CAPEX   | 565.509                | -                                   | 159.289                          | 9.287                             | 4.712           |
| Passivos dos segmentos divulgáveis                    | (8.300.738)            | -                                   | (850.063)                        | (3.961)                           | (194.157)       |
| <b>Informações relativas a 1º de janeiro de 2012</b>  |                        |                                     |                                  |                                   |                 |
| Ativos dos segmentos divulgáveis                      | 10.512.542             | 18.530                              | 1.065.190                        | -                                 | 11.596.262      |
| Investimentos em coligadas e controladas em conjunto  | 209.849                | 18.530                              | 176.946                          | -                                 | 405.325         |
| CAPEX   | 525.621                | -                                   | 27.995                           | -                                 | 553.616         |
| Passivos dos segmentos divulgáveis                    | (7.954.082)            | -                                   | (427.965)                        | -                                 | (8.382.047)     |

**7. Gerenciamento de riscos financeiros**  
**Visão geral**  
A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:  
a) Risco de crédito;  
b) Risco de taxas de juros e inflação;  
c) Risco de taxa de câmbio; e  
d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.  
A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

**a) Risco de crédito**  
Decorre da possibilidade de a Companhia e suas investidas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das informações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos, que potencialmente sujeitam a investidas à concentração de risco de crédito. No que tange as instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating.  
**b) Risco de taxas de juros e inflação**  
Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia e suas investidas estão expostas a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da London Interbank Offered Rate (Libor); (2) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos empréstimos em reais; (3) da Cesta de Moedas (UMBNDDES) relativa a certos empréstimos em reais tomados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; (4) do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures; e (5) IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 8, nº 18, nº 19 e nº 32.  
As tarifas das concessões do Grupo CCR são reajustadas por índices de inflação.

**c) Risco de taxa de câmbio**  
Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas e controladas em conjunto no exterior e tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto avaliam permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos.

As investidas brasileiras financiam parte de suas operações com empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira vinculados ao dólar norte-americano (USD) e à UMBNDDES equivalentes, em 31 de dezembro de 2013, a R\$177.711 (R\$ 192.912 em 31 de dezembro de 2012), dos quais R\$ 132.907 estão protegidos por contratos de hedge.  
A Quiport possui operações com empréstimos e financiamentos em USD, que é a moeda oficial no Equador.  
A Aeris e a CAP possuem operações com empréstimos e financiamentos em USD, que é a moeda funcional dessas investidas.

Para maiores detalhes vide notas explicativas nº 18 e 29.  
**d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez**  
Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas investidas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.  
Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.  
O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:



continuação

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 - (Valores expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

|   | Controladora |          | Consolidado |           | 1º/01/2012 |
|---|--------------|----------|-------------|-----------|------------|
|   | 2013         | 2012     | 2013        | 2012      |            |
| <b>Bases passivas</b>   |              |          |             |           |            |
| Amortização linear do Direito da Concessão gerado na aquisição de negócios (fiscal) versus amortização pela curva de benefício econômico (contábil) (g) | -            | -        | (34.976)    | (28.154)  | (20.258)   |
| Ajuste valor presente receita antecipada  | -            | -        | (1.972)     | -         | -          |
| Valor justo de operações de derivativos   | (4.296)      | (4.170)  | (20.861)    | (10.979)  | (2.463)    |
| Pagamento de juros e principal - arrendamento mercantil financeiro  | (330)        | (275)    | (6.580)     | (5.042)   | (1.795)    |
| Ganhos de operações com derivativos   | (4.126)      | (5.622)  | (7.577)     | (19.085)  | (9.441)    |
| Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (e)   | -            | -        | (577.510)   | (558.663) | (530.320)  |
| Custos de empréstimos capitalizados (f)   | -            | -        | (132.328)   | (127.210) | (121.151)  |
| Outros  | (22)         | (36)     | (1.717)     | (1.699)   | (1.612)    |
|   | (6.774)      | (10.103) | (783.521)   | (750.832) | (657.040)  |
| Ativo diferido líquido  | 17.673       | 18.537   | 498.381     | 421.438   | 287.872    |
| Passivo diferido líquido  | -            | -        | (229.513)   | (208.108) | (168.105)  |

(a) A Companhia e suas investidas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

|                   | 2013 |      | 2012  |         |
|-------------------|------|------|-------|---------|
|                   | 2013 | 2012 | 2013  | 2012    |
| 2014              | -    | -    | 4.473 | 18.827  |
| 2015              | -    | -    | -     | 5.329   |
| 2016              | -    | -    | -     | 7.872   |
| 2017              | -    | -    | -     | 10.180  |
| de 2018 em diante | -    | -    | -     | 448.071 |
|                   | -    | -    | 4.473 | 490.279 |

|                       | Início da concessão (1) |      | Extensão do prazo da concessão (2) |         | Total     |
|-----------------------|-------------------------|------|------------------------------------|---------|-----------|
|                       | 2013                    | 2012 | 1º/01/2012                         | 2012    |           |
| <b>Não Circulante</b> |                         |      |                                    |         |           |
| ViaLagos              | -                       | -    | 9.614                              | -       | 9.614     |
| AutoBAn               | -                       | -    | 66.178                             | 696.057 | 762.235   |
| ViaOeste              | -                       | -    | 26.376                             | 32.970  | 59.346    |
| RodoAnel Oeste        | -                       | -    | 1.722.951                          | -       | 1.722.951 |
|                       | -                       | -    | 1.815.552                          | 655.710 | 2.471.262 |

(1) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão e às indenizações de contratos sub-rogados nas controladas, foram ativados e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.

(2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa nas controladas em que o prazo da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativado e será apropriado ao resultado no período de extensão do prazo das concessões.

**13. Partes relacionadas**  
Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e 1º de janeiro de 2012, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2013 e 2012, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, controladas, controladas em conjunto, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

|  | Serviços prestados | 2013   |         | 2012    |         |
|--|--------------------|--------|---------|---------|---------|
|  |                    | Saldos | Passivo | Saldos  | Passivo |
| <b>Controladas</b>                                 |                    |        |         |         |         |
| RodoNorte (a)                                      | -                  | -      | 4.753   | -       | -       |
| ViaOeste (a)                                       | -                  | -      | 11.037  | -       | -       |
| RodoAnel Oeste (a) (b)                             | -                  | -      | 181     | 55.241  | -       |
| Ponte (a)  | -                  | -      | 3.529   | -       | -       |
| NovaDutra (a)                                      | -                  | -      | 17.679  | -       | -       |
| ViaLagos (a)                                       | -                  | -      | 2.580   | -       | -       |
| AutoBAn (a)  | -                  | -      | 19.631  | -       | -       |
| CPC (a)  | 198                | -      | 763     | 153     | -       |
| SPVias (a) (e)                                     | -                  | -      | 57.452  | -       | -       |
| Inovap 5 (e)                                       | -                  | -      | 406     | -       | -       |
| Samm (a)   | -                  | -      | 607     | -       | -       |
| Barcas (a)   | -                  | -      | 2.779   | -       | -       |
| Metrô Bahia (a)                                    | -                  | -      | -       | -       | -       |
| <b>Controladas em conjunto</b>                     |                    |        |         |         |         |
| ViaQuatro (a)                                      | -                  | -      | 3.297   | 2.322   | -       |
| ViaRio (a)   | -                  | -      | 299     | -       | -       |
| <b>Outras partes relacionadas</b>                  |                    |        |         |         |         |
| Companhia Operadora de Rodovias (a)                | -                  | -      | 659     | -       | -       |
| CORI (a)   | 289                | -      | 305     | -       | -       |
| Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (a) | -                  | -      | 2.602   | -       | -       |
| Benito Roggio Transporte Ltda. (d)                 | -                  | -      | -       | 459     | -       |
| RATP Developpment S.A. (d)                         | -                  | -      | -       | 459     | -       |
| Total, 31 de dezembro de 2013                      | -                  | -      | 487     | 58.634  | -       |
| Total, 31 de dezembro de 2012                      | -                  | -      | 531     | 149.976 | -       |

|   | 2013   |         | 2012    |         |        |
|---|--------|---------|---------|---------|--------|
|   | Saldos | Passivo | Saldos  | Passivo |        |
| <b>Controladas</b>  |        |         |         |         |        |
| RodoNorte (a)   | 11     | -       | -       | -       | -      |
| ViaOeste (a) (f)  | 16     | 1.725   | -       | -       | 15     |
| RodoAnel Oeste (b) (f)                                      | -      | 57.000  | 659.786 | -       | -      |
| NovaDutra (a)   | 15     | -       | -       | -       | -      |
| AutoBAn (a)   | 13     | -       | -       | -       | 50     |
| CPC (f)   | -      | -       | -       | -       | 8      |
| SPVias (a)  | 4.401  | 67.320  | -       | -       | 11     |
| Inovap 5 (e)  | -      | -       | -       | -       | 1.384  |
| Samm  | -      | -       | -       | -       | 51     |
| CPCSP (f)   | -      | 300     | -       | -       | -      |
| Metrô Bahia (a)   | 25     | -       | -       | -       | -      |
| <b>Controladas em conjunto</b>                              |        |         |         |         |        |
| ViaQuatro (a)   | 2      | -       | -       | -       | -      |
| <b>Controladoras</b>  |        |         |         |         |        |
| Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura (c)          | -      | -       | -       | 720     | 12     |
| Construtora Andrade Gutierrez (c)                           | -      | -       | -       | 720     | -      |
| Soares Perinido Concessões S.A. (c)                         | -      | -       | -       | 287     | -      |
| Soares Perinido Obras, Construções e Investimentos S.A. (c) | -      | -       | -       | 189     | -      |
| <b>Outras partes relacionadas</b>                           |        |         |         |         |        |
| Benito Roggio Transporte Ltda. (d)                          | -      | -       | 3.114   | -       | -      |
| RATP Developpment S.A. (d)                                  | -      | -       | 3.114   | -       | -      |
| Plano de incentivo de longo prazo (g)                       | -      | -       | -       | -       | 25.982 |
| Total circulante, 31 de dezembro de 2013                    | 4.483  | -       | -       | -       | 7.587  |
| Total não circulante, 31 de dezembro de 2013                | -      | 126.345 | 666.014 | 1.916   | 19.926 |
| Total, 31 de dezembro de 2013                               | 4.483  | 126.345 | 666.014 | 1.916   | 27.513 |
| Total, 31 de dezembro de 2012                               | 12.162 | 10.372  | 685.314 | 1.916   | 29.391 |

- (a) Prestação de serviços administrativos;  
(b) Contrato de mútuo remunerado à variação acumulada de 105% do CDI. O vencimento previsto para o contrato é 15 de novembro de 2024;  
(c) Adiantamento para futuro aumento de capital;  
(d) Contratos de mútuos remunerados pelo IPC +1% a.m., com vencimento em 1º de fevereiro de 2015 e 1º de agosto de 2016;  
(e) Prestação de serviços de operação, manutenção e conservação para investida SPVias;  
(f) Adiantamento para futuro aumento de capital em investidas; e  
(g) Refere-se ao plano de incentivo de longo prazo a pagar aos profissionais chave da administração.

|  | 2013               |                        |          |                      |
|--|--------------------|------------------------|----------|----------------------|
|  | Serviços Prestados | Imobilizado/Intangível | Receitas | Despesas Financeiras |
| <b>Controladoras</b>                                   |                    |                        |          |                      |
| Camargo Corrêa S.A. (n)                                | -                  | -                      | -        | 93                   |
| <b>Controladas em conjunto</b>                         |                    |                        |          |                      |
| ViaRio   | -                  | -                      | 299      | -                    |
| Corporação Quiport (h)                                 | -                  | -                      | 3.880    | -                    |
| ViaQuatro  | -                  | -                      | 2.324    | -                    |
| IBSA (k)   | -                  | -                      | 6.034    | -                    |
| <b>Outras partes relacionadas</b>                      |                    |                        |          |                      |
| Benito Roggio (f)                                      | -                  | -                      | -        | 7.967                |
| CORI (e)   | 646                | -                      | 3        | -                    |
| Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (d) (p) | 254.416            | -                      | 2.788    | -                    |
| Companhia Operadora de Rodovias                        | -                  | -                      | 700      | -                    |
| Encalco Construções Ltda (g)                           | -                  | -                      | -        | 1.446                |
| Ratp Developpment S.A. (f)                             | -                  | -                      | -        | 459                  |
| SPTA (m)   | -                  | -                      | -        | -                    |
| Serveng - Cvilvisan S.A. - Empresas                    | -                  | -                      | -        | -                    |
| Associadas de Engenharia (o)                           | -                  | 113.750                | -        | -                    |
| Total, 31 de dezembro de 2013                          | 255.062            | 113.750                | 9.824    | 16.535               |
| Total, 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)          | 242.284            | 28.663                 | 9.045    | 11.444               |

|  | 2013    |         | 2012   |         |
|--|---------|---------|--------|---------|
|  | Saldos  | Passivo | Saldos | Passivo |
| <b>Controladas</b>                     |         |         |        |         |
| Andrade Gutierrez Concessões S.A. (a)  | -       | -       | -      | 2.056   |
| Camargo Corrêa S.A. (n)                | -       | -       | -      | 3(7)    |
| Camargo Corrêa Transportes S.A. (b)    | -       | -       | -      | 720     |
| Construtora Andrade Gutierrez S.A. (b) | -       | -       | -      | 720     |
| <b>Controladas em conjunto</b>         |         |         |        |         |
| CGMP (c)                               | 291.724 | -       | -      | -       |
| Corporação Quiport (h)                 | -       | 158.484 | -      | -       |
| Icaros (h)                             | -       | 1.106   | -      | -       |
| ADC Management (h)                     | -       | 2.056   | -      | -       |
| ViaQuatro                              | 93      | -       | -      | 206     |
| IBSA (k)                               | -       | 90.920  | -      | -       |

### a.1) Composição dos investimentos em controladas e controladas em conjunto, líquido da provisão para passivo a descoberto - Controladora

|  | Patrimônio líquido das investidas |           | Investimentos da controladora |           | Resultado líquido do exercício das investidas |           | Resultado de equivalência patrimonial |           |
|--|-----------------------------------|-----------|-------------------------------|-----------|---|-----------|---------------------------------------|-----------|
|  | 2013                              | 2012      | 2013                          | 2012      | 2013  | 2012      | 2013                                  | 2012      |
| Actua Assessoria                               | 61.434                            | 10.863    | 61.434                        | 10.863    | (618)   | 72        | (618)                                 | 72        |
| AutoBAn (a)                                    | 670.409                           | 604.366   | 670.409                       | 604.366   | 661.043                                       | 563.864   | 661.043                               | 563.864   |
| CCR México (a)                                 | 1.275                             | 1.223     | 1.275                         | 1.223     | (102)   | (1.658)   | (102)                                 | (1.658)   |
| CCR USA  | -                                 | -         | -                             | -         | -   | 6         | -                                     | 6         |
| CPC  | 1.098.994                         | 1.027.834 | 1.088.004                     | 1.017.556 | (52.236)                                      | 8.400     | (51.714)                              | 8.316     |
| CPCSP  | 98                                | (1.829)   | 98                            | (1.827)   | (4.899)                                       | (3.647)   | (4.899)                               | (3.643)   |
| NovaDutra (a)                                  | 420.541                           | 446.752   | 420.541                       | 446.752   | 226.400                                       | 229.726   | 226.400                               | 229.726   |
| Parques  | (37)                              | (37)      | (37)                          | (32)      | 114   | 111       | (146)                                 | 95        |
| Ponte (a)                                      | 43.541                            | 43.245    | 43.541                        | 43.245    | 39.333  | 38.628    | 39.333                                | 38.628    |
| RodoAnel Oeste                                 | (74.534)                          | 46.232    | (73.469)                      | 45.572    | (120.766)                                     | (166.477) | (119.041)                             | (164.099) |
| RodoNorte                                      | 204.376                           | 182.975   | 175.600                       | 157.214   | 213.829                                       | 189.575   | 183.722                               | 162.883   |
| RodoNorte (Dir. concessão gerado na aquisição) | -                                 | -         | -                             | 9.123     | -   | -         | (916)                                 | (882)     |
| Samm   | 12.423                            | 30.297    | 12.411                        | 30.267    | (17.874)                                      | (7.859)   | (17.856)                              | (7.851)   |
| STP  | 150.243                           | 161.365   | 57.468                        | 61.720    | 170.162                                       | 139.200   | 65.087                                | 53.244    |
| STP (Ágio)                                     | -                                 | -         | -                             | 3.883     | -   | -         | -                                     | -         |
| ViaRio   | 59.412                            | 46.496    | 19.802                        | 15.497    | (5.584)                                       | (2.772)   | (1.861)                               | (924)     |
| ViaLagos (a)                                   | 20.696                            | 21.954    | 20.696                        | 21.954    | 24.841  | 29.446    | 24.841                                | 29.446    |
| ViaOeste                                       | 314.648                           | 239.489   | 314.648                       | 239.489   | 277.784                                       | 231.096   | 277.784                               | 231.096   |
| ViaQuatro                                      | 160.910                           | 94.159    | 93.328                        | 54.612    | 66.752  | 31.872    | 38.716                                | 18.486    |
| Total de investimento / passivo a descoberto   | 3.144.429                         | 2.955.554 | 2.918.760                     | 2.763.018 | 1.477.895                                     | 1.279.583 | 1.319.778                             | 1.156.805 |

(a) Existe participação irrelevante de acionistas não controladores, a qual não impacta o cálculo de equivalência patrimonial na controladora.

### a.2) Movimentação dos investimentos, líquido do passivo a descoberto - Controladora

|  | Saldo inicial |           | Resultado de equivalência patrimonial |           | Aumento de capital |        | Dividendos e juros sobre capital próprio |           | Ajuste acumulado de conversão |        | Baixa por venda de participação |      | Saldo final |           |
|--|---------------|-----------|---------------------------------------|-----------|--------------------|--------|--|-----------|-------------------------------|--------|---------------------------------|------|-------------|-----------|
|  | 2012          | 2013      | 2012                                  | 2013      | 2012               | 2013   | 2012                                     | 2013      | 2012                          | 2013   | 2012                            | 2013 | 2012        | 2013      |
| Actua Assessoria                               | -             | 10.863    | -                                     | (618)     | -                  | 50.460 | -  | (20)      | -                             | 749    | -                               | -    | -           | 61.434    |
| AutoBAn  | -             | 604.366   | -                                     | 661.043   | -                  | -      | -  | (595.000) | -                             | -      | -                               | -    | -           | 670.409   |
| CCR México                                     | -             | 1.223     | -                                     | (102)     | -                  | -      | -  | -         | -                             | 154    | -                               | -    | -           | 1.275     |
| CPC  | -             | 1.017.556 | -                                     | (51.714)  | -                  | 45.540 | -  | -         | -                             | 76.622 | -                               | -    | -           | 1.088.004 |
| CPCSP  | -             | (1.827)   | -                                     | (4.894)   | -                  | 6.819  | -  | -         | -                             | -      | -                               | -    | -           | 98        |
| NovaDutra                                      | -             | 446.752   | -                                     | 226.400   | -                  | -      | -  | (252.611) | -                             | -      | -                               | -    | -           | 420.541   |
| Parques  | -             | 114       | -                                     | (146)     | -                  | -      | -  | -         | -                             | -      | -                               | -    | -           | (32)      |
| Ponte  | -             | 43.245    | -                                     | 39.333    | -                  | -      | -  | (39.037)  | -                             | -      | -                               | -    | -           | 43.541    |
| RodoAnel Oeste                                 | -             | 45.572    | -                                     | (119.041) | -                  | -      | -  | -         | -                             | -      | -                               | -    | -           | (73.469)  |
| RodoNorte                                      | -             | 157.214   | -                                     | 183.722   | -                  | -      | -  | (165.336) | -                             | -      | -                               | -    | -           | 175.600   |
| RodoNorte (Dir. concessão gerado na aquisição) | -             | 10.039    | -                                     | (916)     | -                  | -      | -  | -         | -                             | -      | -                               | -    | -           | 9.123     |
| Samm   | -             | 30.267    | -                                     | (17.856)  | -                  | -      | -  | -         | -                             | -      | -                               | -    | -           | 12.411    |

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo inferior ao acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

(b) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo, conforme legislação contábil e societária atual - Lei 11.638/07;

(c) Diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção, conforme legislação contábil e societária atual - Lei 11.638/07;

(d) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item "c", conforme legislação contábil e societária atual - Lei 11.638/07;

(e) Diferença temporária entre a amortização fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como melhorias, conforme legislação contábil e societária atual - Lei 11.638/07;

(f) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, conforme legislação contábil e societária atual - Lei 11.638/07; e

(g) Diferença temporária entre a amortização fiscal (linear) e contábil (curva de benefício econômico) do direito de concessão gerado na aquisição de negócios, conforme legislação contábil e societária atual - Lei 11.638/07.

A investida CPC não registrou o ativo fiscal diferido sobre o saldo de prejuízos fiscais e base negativa, no montante de R\$ 85.077, por não haver expectativa de geração de lucro tributável no longo prazo. Caso fosse registrado, o saldo do ativo fiscal diferido (IRPJ/CSLL) seria de R\$ 28.926.

|                   | 2013            |                 | 2012            |                 | 1º/01/2012 |
|-------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------|
|                   | (Reapresentado) | (Reapresentado) | (Reapresentado) | (Reapresentado) |            |
| <b>Circulante</b> |                 |                 |                 |                 |            |
| ViaLagos          | -               | -               | 430             | 430             | 1.178      |
| AutoBAn           | -               | -               | 4.727           | 4.727           | 4.727      |
| ViaOeste          | -               | -               | 3.297           | 3.297           | 3.297      |
| RodoAnel Oeste    | -               | -               | 73.578          | 73.578          | 73.578     |
|                   | -               | -               | 82.032          | 82.032          | 82.780     |

|                       | Início da concessão (1) |      | Extensão do prazo da concessão (2) |         | Total     |
|-----------------------|-------------------------|------|------------------------------------|---------|-----------|
|                       | 2013                    | 2012 | 1º/01/2012                         | 2012    |           |
| <b>Não Circulante</b> |                         |      |                                    |         |           |
| ViaLagos              | -                       | -    | 9.614                              | -       | 9.614     |
| AutoBAn               | -                       | -    | 66.178                             | 696.057 | 762.235   |
| ViaOeste              | -                       | -    | 26.376                             | 32.970  | 59.346    |
| RodoAnel Oeste        | -                       | -    | 1.722.951                          | -       | 1.722.951 |
|                       | -                       | -    | 1.815.552                          | 655.710 | 2.471.262 |

|  | 2013            |                 | 2012            |                 | 1º/01/2012 |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------|
|  | (Reapresentado) | (Reapresentado) | (Reapresentado) | (Reapresentado) |            |
| <b>Controladas</b>                             |                 |                 |                 |                 |            |
| Auto Viação 1001 Ltda (i)                      | -               | -               | -               | -               | -          |
| Benito Roggio (f)                              | -               | 3.114           | -               | -               | -          |
| Cesbe  | -               | -               | -               | -               | 97         |
| CORI (e)                                       | -               | -               | -               | -               | 20.881     |
| Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra | -               | -               | 20              | -               | 61         |
| Companhia Operadora de Rodovias                | -               | -               | 6               | -               | -          |



Notas explicativas às demonstrações financeiras - Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 - (Valores expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.2) Movimentação dos investimentos, líquido do passivo a descoberto - Controladora (continuação)

Table with 7 columns: Saldo inicial, Resultado de equivalência patrimonial, Aumento de capital, Dividendos e juros sobre capital próprio, Ajuste acumulado de conversão, Baixa por venda de participação, Saldo final. Rows include STP, STP (Ágio), ViaRio, ViaLagos, ViaOeste, ViaQuatro, Total for 2012 and 1º/01/2012.

a.3) Informações financeiras resumidas das controladas - Controladora e Consolidado

Table with 9 columns: Total do ativo, Total do passivo circulante e não circulante, Total das receitas brutas do exercício, Lucro (prejuízo) líquido do exercício, Total do ativo, Total do passivo circulante e não circulante (Reapresentado), Total das receitas brutas do exercício, Lucro (prejuízo) líquido do exercício. Rows include Actua Assessoria, Alba Concessions, AutoBAN, ATP, Barcas, CAI, CAP, CARE, CCR Costa Rica, CCR Espanha, CCR Espanha Empreendimentos, CCR México, CPA, CPC, CPCSP, Green Airports, Inovap, Metrô Bahia, MTH, NovaDutra, Parques, Ponte, RodoAnel Oeste, RodoNorte, Samm, STP, SPVias, ViaLagos, ViaOeste, ViaQuatro, Total, Controladora, Eliminações, Consolidado.

A CPCSP, Metrô Bahia, ATP, Barcas, Green Airports, CCR Espanha, CCR Espanha Empreendimentos e Alba Concessions são consolidadas na CPC. A CAI, CAP, CARE, CCR Costa Rica, CPA e a MTH são consolidadas na CCR Espanha.

b) Investimentos em empreendimentos controlados em conjunto - Consolidado

Table with 5 columns: Empreendimentos controlados em conjunto (1), Local de constituição e operação, Percentual de participação (2013, 2012), Atividade principal. Rows include ViaQuatro, Quiport Holdings, FTZ, Aeroportos, Desarrollos, Terminal, IBSA, CAI (2), ViaRio, STP, Renovias, Controlar.

b.1) Composição dos investimentos em controladas e controladas em conjunto - Consolidado

Table with 11 columns: Patrimônio líquido das controladas em conjunto (2013, 2012, 1º/01/2012), Investimentos do consolidado (2013, 2012, 1º/01/2012), Resultado líquido do exercício das controladas em conjunto (2013, 2012), Resultado de equivalência patrimonial (2013, 2012). Rows include ViaQuatro, Quiport Holdings, FTZ, Aeroportos, Desarrollos, Terminal, IBSA, CAI (2), ViaRio, STP, Renovias, Controlar, VLT Carioca, Total, Direito da concessão gerado na aquisição de negócio, Total de investimento/passivo descoberto.

(1) A mensuração dos investimentos é feita pelo método de equivalência patrimonial; (2) A partir de 12 de junho de 2013, com a aquisição adicional de 39% do capital social da investida, a mesma passou a ser controlada.

b.2) Movimentação dos investimentos em controladas em conjunto - Consolidado

Table with 7 columns: Saldo inicial, Baixa, Resultado de equivalência patrimonial, Aumento de capital, Dividendos e juros sobre capital próprio, Ajuste acumulado de conversão, Saldo final. Rows include ViaQuatro, Quiport Holdings, FTZ, Aeroportos, Desarrollos, Terminal, IBSA, CAI (a), ViaRio, STP, Renovias, Controlar, VLT Carioca, Total, Direito da concessão gerado na aquisição de negócio (b), Total de investimento / passivo a descoberto.

(a) Baixa de investimento em decorrência da aquisição de controle;

(b) O valor indicado na coluna "baixa" refere-se à transferência para o ativo intangível, em virtude da aquisição de controle, através da compra de 39% de participação adicional em 12 de junho de 2013 (vide notas explicativas 1, 2 e 17).

b.3) Informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto

A seguir estão apresentadas as informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto que são registrados utilizando o método de equivalência patrimonial. Os valores apresentados são proporcionais à participação da Companhia, direta ou indiretamente, nestas investidas.

15. Investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto

Table with 13 columns: ViaQuatro, Corporación Quiport, Icaros, Quiport Holdings, Aeris, IBSA Finance, IBSA, ViaRio, STP, Renovias, Controlar, VLT Carioca, Outros investimentos. Rows include Circulante, Total do ativo circulante, Passivos financeiros (1), Outros passivos, Total do passivo circulante, Não circulante, Total do ativo, Passivos financeiros (1), Outros passivos, Total do passivo não circulante, Patrimônio líquido.

Table with 13 columns: ViaQuatro, Corporación Quiport, Icaros, Quiport Holdings, Aeris, IBSA Finance, IBSA, ViaRio, STP, Renovias, Controlar, VLT Carioca, Outros investimentos. Rows include Circulante, Total do ativo circulante, Passivos financeiros (1), Outros passivos, Total do passivo não circulante, Patrimônio líquido.

(1) Refere-se ao saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil, contas a pagar com operações de hedge e mútuos - partes relacionadas.



*continuação*

**Notas explicativas às demonstrações financeiras** – Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 - (*Valores expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma*)

|   | 2013          |                     |               |                  |              |              |             |                |               |               |                 | Outros investimentos |               |
|---|---------------|---------------------|---------------|------------------|--------------|--------------|-------------|----------------|---------------|---------------|-----------------|----------------------|---------------|
|   | ViaQuatro     | Corporación Quiport | Icaros        | Quiport Holdings | Aeris        | IBSA Finance | IBSA        | ViaRio         | STP           | Renovias      | Controlar       |                      | VLT Carioca   |
| Reculta líquida.....  | 222.320       | 169.275             | -             | -                | 68.437       | -            | -           | 70.392         | 233.154       | 149.103       | 67.873          | 429                  | -             |
| Depreciação e amortização.....  | (22.253)      | (25.145)            | -             | -                | (14.092)     | -            | -           | (55)           | (18.146)      | (11.804)      | (6.492)         | -                    | -             |
| Reculta financeira.....   | 70.063        | 298                 | 1.253         | -                | 250          | 7.966        | 7.958       | 1.675          | 10.525        | 2.446         | 462             | 3.903                | -             |
| Despesa financeira.....   | (118.805)     | (29.062)            | -             | -                | (15.309)     | (7.966)      | (7.958)     | (1.977)        | (982)         | (7.435)       | (1.785)         | (5.154)              | (67)          |
| <b>Resultado de operações continuadas antes dos impostos.....</b>       | <b>58.273</b> | <b>35.223</b>       | <b>10.045</b> | <b>36.289</b>    | <b>(260)</b> | <b>(1)</b>   | <b>(26)</b> | <b>(2.798)</b> | <b>97.882</b> | <b>63.839</b> | <b>(30.101)</b> | <b>(3.092)</b>       | <b>1.210</b>  |
| IR e CS.....  | (19.556)      | (1)                 | -             | -                | 901          | -            | -           | 937            | (32.795)      | (20.077)      | (4.667)         | 1.051                | -             |
| <b>Resultado de operações continuadas.....</b>                          | <b>38.717</b> | <b>35.222</b>       | <b>10.045</b> | <b>36.289</b>    | <b>641</b>   | <b>(1)</b>   | <b>(26)</b> | <b>(1.861)</b> | <b>65.087</b> | <b>43.762</b> | <b>(34.768)</b> | <b>(2.041)</b>       | <b>1.210</b>  |
| Outros resultados abrangentes.....                                      | 15.270        | 7.214               | -             | -                | 563          | (8)          | (33)        | -              | -             | -             | -               | -                    | 17.606        |
| <b>Resultado abrangente do exercício.....</b>                           | <b>38.717</b> | <b>50.492</b>       | <b>17.259</b> | <b>55.403</b>    | <b>1.204</b> | <b>(9)</b>   | <b>(59)</b> | <b>(1.861)</b> | <b>65.087</b> | <b>43.762</b> | <b>(34.768)</b> | <b>(2.041)</b>       | <b>18.816</b> |
| <b>Dividendo recebido do empreendimento controlado em conjunto.....</b> | <b>-</b>      | <b>-</b>            | <b>-</b>      | <b>-</b>         | <b>-</b>     | <b>-</b>     | <b>-</b>    | <b>-</b>       | <b>64.540</b> | <b>44.476</b> | <b>-</b>        | <b>-</b>             | <b>-</b>      |

  

|   | 2012          |                     |             |                  |                |              |              |                |               |               |                | Outros investimentos |                |
|---|---------------|---------------------|-------------|------------------|----------------|--------------|--------------|----------------|---------------|---------------|----------------|----------------------|----------------|
|   | ViaQuatro     | Corporación Quiport | Icaros      | Quiport Holdings | Aeris          | IBSA Finance | IBSA         | ViaRio         | STP           | Renovias      | Controlar      |                      |                |
| Reculta líquida.....  | 160.814       | 81.673              | -           | -                | 17.315         | -            | -            | 9.897          | 174.783       | 141.089       | 54.956         | -                    | -              |
| Depreciação e amortização.....  | (18.590)      | (8.844)             | -           | -                | (3.586)        | -            | -            | -              | (17.093)      | (9.751)       | (5.969)        | -                    | -              |
| Reculta financeira.....   | 62.473        | 24                  | 719         | -                | (369)          | 2.531        | 2.531        | 19             | 11.334        | 937           | 1.373          | -                    | -              |
| Despesa financeira.....   | (98.054)      | -                   | -           | -                | (4.713)        | (2.531)      | (2.531)      | (4)            | (878)         | (7.003)       | (2.820)        | (6)                  | -              |
| <b>Resultado de operações continuadas antes dos impostos.....</b>       | <b>29.231</b> | <b>(3.048)</b>      | <b>(43)</b> | <b>(2.332)</b>   | <b>(1.195)</b> | <b>(2)</b>   | <b>(54)</b>  | <b>(1.403)</b> | <b>80.877</b> | <b>59.587</b> | <b>(1.035)</b> | <b>(2.041)</b>       | <b>(2.041)</b> |
| IR e CS.....  | (10.744)      | -                   | -           | -                | (1.829)        | -            | -            | 479            | (27.560)      | (18.679)      | 3.800          | -                    | -              |
| <b>Resultado de operações continuadas.....</b>                          | <b>18.487</b> | <b>(3.048)</b>      | <b>(43)</b> | <b>(2.332)</b>   | <b>(3.024)</b> | <b>(2)</b>   | <b>(54)</b>  | <b>(924)</b>   | <b>53.317</b> | <b>40.908</b> | <b>2.765</b>   | <b>(2.041)</b>       | <b>(2.041)</b> |
| Outros resultados abrangentes.....                                      | -             | 266                 | 131         | 333              | 60             | (2)          | (53)         | -              | -             | -             | -              | -                    | -              |
| <b>Resultado abrangente do exercício.....</b>                           | <b>18.487</b> | <b>(2.782)</b>      | <b>88</b>   | <b>(1.999)</b>   | <b>(2.964)</b> | <b>(2)</b>   | <b>(107)</b> | <b>(924)</b>   | <b>53.317</b> | <b>40.908</b> | <b>2.765</b>   | <b>(2.041)</b>       | <b>(2.041)</b> |
| <b>Dividendo recebido do empreendimento controlado em conjunto.....</b> | <b>-</b>      | <b>-</b>            | <b>-</b>    | <b>-</b>         | <b>-</b>       | <b>-</b>     | <b>-</b>     | <b>-</b>       | <b>43.865</b> | <b>31.708</b> | <b>-</b>       | <b>-</b>             | <b>-</b>       |

c) **Outras informações relevantes:**  
A Companhia e suas investidas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles:  
**i. RodoNorte**  
**a. Anulação de aditivos ao contrato de concessão (2000 e 2002)**  
A ação visa à anulação dos termos aditivos ao contrato de concessão (2000 e 2002), os quais restabeleceram as tarifas de pedágio e reequilibraram o Contrato de Concessão. De início, o processo teve seu andamento suspenso, condicionado ao julgamento definitivo da ação sobre redução unilateral de tarifa, que já foi julgada definitivamente sem resolução de mérito. Atualmente o processo encontra-se suspenso, por requerimento das partes, diante da possibilidade da celebração de acordo.  
**ii. Processo de encampação**  
Em 4 de julho de 2003, foi publicada a Lei nº. 14.065, autorizando o Estado do Paraná a encampar a Controlada, nos termos da legislação e contrato de concessão. A Controlada propôs ação judicial em 22 de agosto de 2003, contra a União, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR). Os trabalhos da Comissão de Encampação estão suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paraenses.  
O processo encontra-se suspenso por requerimento das partes, diante da possibilidade de acordo. Em 09 de outubro de 2013, o processo voltou a ter andamento normal e atualmente encontra-se em fase de instrução.  
**iii. Decreto expropriatório**  
Em 8 de janeiro de 2004, o Governo do Paraná promulgou o Decreto nº 2.462, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto da RodoNorte. Em razão disso, os acionistas e a investida ajuizaram ação em 14 de janeiro de 2004, contra a União, o DNIT, o Estado do Paraná e o DER/PR.  
Em 10 de fevereiro de 2004, uma medida liminar suspendeu a eficácia do referido decreto até o julgamento final da ação. O Estado do Paraná recorreu dessa decisão liminar em três oportunidades (no STJ em 5 de maio de 2004; no pleno do STJ em 6 de maio de 2004 e na corte especial do STJ em 17 de novembro de 2004), sem resultado favorável, mantendo-se suspenso o decreto nº 2.462/04.  
O processo encontra-se suspenso por requerimento das partes, diante da possibilidade de acordo. Em 23 de setembro de 2013, o processo voltou a ter andamento normal e atualmente encontra-se em fase de instrução.  
**iv. Reajustes tarifários de 2003 a 2010**  
Entre os anos de 2003 e 2010, a Controlada encontrou dificuldades em conseguir junto ao DER do Estado do Paraná a autorização para aplicação do reajuste tarifário contratual, cuja data base é 1º de dezembro de cada ano, tendo sido necessário o ajustamento de medidas judiciais para garantir esse direito. Os reajustes de 2011 a 2013 foram autorizados sem a necessidade de ação judicial.  
Todos os reajustes tarifários no referido período foram aplicados de acordo com o percentual previsto em contrato, após a obtenção de liminares. As ações referentes aos reajustes de 2003 a 2009 tiveram sentenças favoráveis à Controlada. A ação relativa ao reajuste de 2010 aguarda sentença. Os recursos interpostos contra as sentenças proferidas nas ações referentes aos reajustes de 2003 e 2005 a 2009 estão pendentes de julgamento. O recurso referente ao reajuste de 2004 foi julgado, tendo sido mantida a sentença de procedência da ação.  
O contrato de concessão prevê o equilíbrio econômico-financeiro, ressarciendo a Controlada pelo período em que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual. Diante da possibilidade da celebração de acordo nas referidas ações, as partes requereram a suspensão dos aluidos processos.  
**v. Procedimentos administrativos e Ações Judiciais sobre pavimento**  
O DER/PR expediu autos de infração contra a RodoNorte, no primeiro semestre de 2004, por supostas irregularidades de pavimento, que desatenderam ao índice IGG (Índice de Gravidade Global). A mesma se defendeu, alegando que esse índice contratual somente é aplicável aos trechos rodoviários restaurados, o que não era o caso dos trechos fiscalizados. Além disso, demonstrou o cumprimento do cronograma de restauração de pavimentos. O DER/PR negou provimento e aplicou multas no valor aproximado de R\$ 16.000. A RodoNorte ajuizou ação e as multas encontraram-se suspensas, liminarmente, desde 22 de agosto de 2005. O processo encontra-se na fase de instrução.  
Em dezembro de 2004, o DER/PR abriu processo administrativo (Portaria nº 732/2004-DER-PR) para apuração das mesmas irregularidades, mas visando declarar a caducidade do contrato de concessão.  
A RodoNorte ingressou com duas ações judiciais, sendo uma para declarar a nulidade da Portaria nº 732/2004-DER-PR a qual indevidamente instaurou processo administrativo para o fim de decretar a caducidade do contrato de concessão, e a outra para declarar a inexistência das infrações invocadas pela Portaria, alegando a duplicidade de procedimentos e penalidades decorrentes dos mesmos fatos, além de vícios formais na constituição da comissão julgadora do procedimento. Em 3 de fevereiro de 2005, foi deferida liminar na primeira ação para suspender o processo administrativo e a exigibilidade das multas aplicadas. Ambos os processos permaneceram suspensos por dois anos, período em que as partes mantiveram tratativas para um acordo nas referidas ações. Em razão do tempo decorrido, a autor que trata da nulidade da Portaria nº 732/2004-DER-PR foi julgada extinta, tendo sido interposto recurso de apelação em 10 de julho de 2013, que aguarda julgamento. Com relação à segunda ação, que trata da inexistência das infrações invocadas na Portaria, foi proferido despacho em 16 de setembro de 2013, suspendendo o processo por 90 (noventa) dias. O processo aguarda manifestação das partes quanto ao seu prosseguimento.  
**vi. Redução de tarifa - receita maior**  
O DER propôs ação civil pública, em maio de 2007, pleiteando redução das tarifas de pedágio, sob alegação de que a Controlada auferiu receitas alternativas e financeiras superiores e custos inferiores ao previsto, em montante que superou as perdas de receita decorrentes da não autorização temporária de reajustes e o valor dos investimentos adicionais ainda não reequilibrados. O pedido de liminar foi negado. A Justiça Federal não se reconheceu competente para julgar a causa, contra o que, foi interposto recurso pela Concessionária e ao qual foi dado provimento. Foi mantida a competência da Justiça Federal, em virtude da União e DNIT serem partes no processo. Proferida sentença em primeira instância e acordão em segunda instância pela extinção da ação sem julgamento do mérito. O DER apresentou recursos aos Tribunais Superiores, que estão pendentes de julgamento.

**b) ViaOeste**  
**Procedimento administrativo**  
Em fevereiro de 2012, foi recebida pela ViaOeste solicitação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 12/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a ViaOeste foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até 20 de setembro de 2013. Em 26 de setembro de 2013, a ViaOeste apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 13 de janeiro de 2014, a ViaOeste apresentou suas alegações finais. Em 20 de janeiro de 2014, o processo foi suspenso até que seja decidida a pertinência da prova pericial requerida.  
**Des Renovias**  
**a) Ação Popular - Lei Estadual nº 2.481/53 que limita instalações de pedágio no raio de 35 km do marco zero da Capital de São Paulo**  
Trata-se de ação popular proposta por único autor em face do Estado de São Paulo, da ARTESP e dos acionistas do RodoAnel Oeste, CCR e Encalco Construções Ltda., com pedido de anulação das cláusulas do contrato de concessão, protocolada em 15 de dezembro de 2008.  
Em 8 de janeiro de 2009, foi deferida liminar determinando a paralisação da cobrança de pedágio, tendo a controlada RodoAnel Oeste recebido e acatado determinação da Agência Reguladora neste sentido, por não ser parte da ação. Em 9 de janeiro de 2009, em virtude de Suspensão de Liminar apresentada pelo Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça suspendeu tal decisão, restabelecendo a cobrança de pedágio até trânsito em julgado do processo.  
A ação foi julgada procedente. O Governo de São Paulo/Fazenda do Estado de São Paulo e a ARTESP Interpuseram recurso perante o Tribunal de Justiça de São Paulo inclusive contra a aplicação imediata da sentença, tendo em vista a anterior decisão do Tribunal de Justiça, que suspendeu os efeitos até o trânsito em julgado da ação, o que foi deferido. O recurso de apelação do Estado de São Paulo foi provido para anular o processo desde a citação, a fim de que o autor emende a petição inicial. A CCR e a Encalco interpuseram o recurso de declaração, que foram rejeitados. Em 16 de fevereiro de 2012, foram interpostos os recursos ao STJ e STF, que aguardam juízo de admissibilidade.  
**a) RodoAnel Oeste**  
**i. Processo nº. 05306107038-4 - 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo**  
Trata-se de Ação Popular, distribuída em 17 de março de 2006 e proposta por vários autores (pessoas físicas) em face da Fazenda Estadual de São Paulo, da Companhia do Metropolitan do São Paulo - Metrô e outros, visando à anulação de atos e procedimentos da Concorrência Internacional nº 42325212, relativa à Concessão Patrocinada para Exploração da Operação dos Serviços de Transportes de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo. Em 12 de março de 2013, o Tribunal de Justiça de São Paulo manteve o deferimento do pedido do Ministério Público de inclusão das pessoas físicas signatárias do Contrato de Concessão no polo passivo da ação. Contra essa decisão foram interpostos recursos aos Tribunais Superiores, que aguardam juízo de admissibilidade.  
**ii. Processo nº. 0532006117119-0 - 9ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo**  
Trata-se de Ação Popular, distribuída em 30 de junho de 2006 e proposta por vários autores (pessoas físicas) em face da Fazenda Estadual de São Paulo, da Companhia do Metropolitan do São Paulo-Metrô e outros, visando à anulação de todos os atos e procedimentos relacionados com a Concorrência Internacional nº 42325212, relativa à Concessão patrocinada para Exploração da Operação dos Serviços de Transportes de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo.  
Em 29 de outubro de 2009 foi proferida decisão determinando a conexão com a Ação Popular nº 05306107038-4, em curso na 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.  
Em razão da referida conexão, o andamento desta ação segue o da referida Ação Popular (item "i" acima).  
**e) Controlar**  
i. Ação Civil Pública nº 1429/1997 ajuizada em 4 de dezembro de 1997 pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Controlar S/A, a SPTrans e outros, perante a 6ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, visando à declaração de nulidade do termo de convênio de cooperação firmado pelas empresas rés para a utilização do Centro Integrado de Taxis, por 90 (noventa) dias, para experimentação do programa de inspeção veicular na frota de uso intenso. A ação foi julgada parcialmente procedente, em 29 de fevereiro de 2000, para o fim de: (i) reconhecer a nulidade do termo de convênio de cooperação; (ii) condenar o Município de São Paulo a abster-se de conceder, a qualquer título, bem integrante do patrimônio público para a Controlar instalar os seus centros de inspeção; e (iii) condenar os então administradores da SPTrans e da Controlar ao pagamento de multa civil, ao ressarcimento integral dos danos causados, à suspensão dos seus direitos políticos por três anos e à proibição de contratar com o Poder Público pelo mesmo período. O Tribunal de Justiça negou provimento ao recurso de apelação da Controlar em 08 de abril de 2003. Aguarda-se o juízo de admissibilidade dos recursos interpostos pela Controlar aos Tribunais Superiores (STJ e STF).  
ii. Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 0044586-80.2011.8.26.0053, ajuizada pelo Ministério Público de São Paulo em 25 de novembro de 2011, perante a 1ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, contra a Controlar e outros, com pedido de liminar para a suspensão da execução do contrato de concessão da Controlar S/A, sequência de bens dos Requeridos como garantia de futura reparação dos danos supostamente causados e afastamento do cargo do Sr. Prefeito. O Juiz de 1º Grau concedeu em parte a liminar requerida, determinando (i) a realização de nova licitação, em 90 dias, dos serviços objeto do contrato da Controlar, e (ii) a indisponibilidade de veículos e imóveis de todos os Requeridos.  
A referida liminar foi integralmente suspensa pelo Superior Tribunal de Justiça, em 11 de janeiro de 2012, em decisão confirmada pela Corte Especial do mesmo Tribunal, em 18

| 16. Ativo Imobilizado - Consolidado | 2013                              |         |             |         |                      |             |            |         |                      |         |            |         |
|-------------------------------------|-----------------------------------|---------|-------------|---------|----------------------|-------------|------------|---------|----------------------|---------|------------|---------|
|                                     | Taxa média anual de depreciação % |         | 2012        |         | 2012 (Reapresentado) |             | 1º/01/2012 |         | 2012 (Reapresentado) |         | 1º/01/2012 |         |
|                                     |                                   | Custo   | Depreciação | Líquido | Custo                | Depreciação | Líquido    | Custo   | Depreciação          | Líquido | Custo      | Líquido |
| Móveis e utensílios.....            | 12                                | 30.562  | (13.766)    | 16.796  | 28.666               | (12.364)    | 16.302     | 22.404  | (10.746)             | 11.658  | -          | -       |
| Máquinas e equipamentos.....        | 17                                | 176.498 | (88.193)    | 88.305  | 157.538              | (74.434)    | 83.104     | 126.558 | (62.588)             | 63.970  | -          | -       |
| Veículos.....                       | 21                                | 91.070  | (54.465)    | 36.605  | 83.391               | (51.721)    | 31.670     | 79.963  | (47.521)             | 32.442  | -          | -       |
| Instalações e edificações.....      | 18                                | 30.540  | (6.709)     | 23.831  | 24.231               | (5.900)     | 18.331     | 9.213   | (5.638)              | 3.575   | -          | -       |
| Sistemas operacionais.....          | 16                                | 467.037 | (239.393)   | 227.644 | 370.497              | (206.965)   | 163.532    | 288.123 | (164.824)            | 103.299 | -          | -       |
| Embarcações.....                    | 2                                 | 28.746  | (662)       | -       | 28.084               | -           | -          | -       | -                    | -       | -          | -       |
| Imobilizações em andamento.....     | -                                 | 129.685 | -           | 129.685 | 161.105              | -           | 161.105    | 135.391 | -                    | 135.391 | -          | -       |
|                                     |                                   | 954.138 | (403.188)   | 550.950 | 825.428              | (351.384)   | 474.044    | 661.652 | (311.317)            | 350.335 | -          | -       |

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

| Movimentação do custo           | 2013                 |                |         |        |                    |                  |                      |               |                |         |                      |                    |                  |             |
|---------------------------------|----------------------|----------------|---------|--------|--------------------|------------------|----------------------|---------------|----------------|---------|----------------------|--------------------|------------------|-------------|
|                                 | 2012 (Reapresentado) |                | 2012    |        | 2013               |                  | 2012 (Reapresentado) |               | 2013           |         | 2012 (Reapresentado) |                    |                  |             |
|                                 | Saldo inicial        | aquisições (b) | Adições | Baixas | Transferências (a) | Variação Cambial | Saldo final          | Saldo inicial | aquisições (b) | Adições | Baixas               | Transferências (a) | Variação Cambial | Saldo final |
| Móveis e utensílios.....        | 28.666               | -              | 373     | -      | 3.203              | -                | 30.562               | 28.666        | -              | 373     | -                    | 3.203              | -                | 30.562      |
| Máquinas e equipamentos.....    | 157.538              | -              | 271     | -      | 4.690              | -                | 176.498              | 157.538       | -              | 271     | -                    | 4.690              | -                | 176.498     |
| Veículos.....                   | 83.391               | -              | -       | -      | (7.034)            | -                | 91.070               | 83.391        | -              | -       | -                    | (7.034)            | -                | 91.070      |
| Instalações e edificações.....  | 24.231               | -              | -       | -      | (8.045)            | -                | 30.540               | 24.231        | -              | -       | -                    | (8.045)            | -                | 30.540      |
| Sistemas operacionais.....      | 370.497              | -              | 351     | -      | (14.555)           | -                | 467.037              | 370.497       | -              | 351     | -                    | (14.555)           | -                | 467.037     |
| Embarcações.....                | -                    | -              | -       | -      | 15.638             | -                | 17.606               | -             | -              | -       | -                    | 17.608             | (4.500)          | 28.746      |
| Imobilizações em andamento..... | 161.105              | -              | 182.547 | -      | (4.640)            | -                | 129.685              | 161.105       | -              | 182.547 | -                    | (207.914)          | (1.513)          | 129.685     |
|                                 | 825.428              | -              | 199.180 | -      | (40.644)           | -                | 954.138              | 825.428       | -              | 199.180 | -                    | (23.913)           | (5.913)          | 954.138     |

|                                 | 2012                       |               |         |        |                      |                  |             |               |                      |         |                    |                  |             |
|---------------------------------|----------------------------|---------------|---------|--------|----------------------|------------------|-------------|---------------|----------------------|---------|--------------------|------------------|-------------|
|                                 | 1º/01/2012 (Reapresentado) |               | 2012    |        | 2012 (Reapresentado) |                  | 1º/01/2012  |               | 2012 (Reapresentado) |         | 1º/01/2012         |                  |             |
|                                 |                            | Saldo inicial | Adições | Baixas | Transferências (a)   | Variação Cambial | Saldo final | Saldo inicial | Adições              | Baixas  | Transferências (a) | Variação Cambial | Saldo final |
| Móveis e utensílios.....        | 22.404                     | 446           | 1.618   | -      | (1.046)              | -                | 28.666      | 22.404        | 446                  | 1.618   | -                  | (1.046)          | 28.666      |
| Máquinas e equipamentos.....    | 126.558                    | 1.060         | 7.243   | -      | (4.877)              | -                | 157.538     | 126.558       | 1.060                | 7.243   | -                  | (4.877)          | 157.538     |
| Veículos.....                   | 79.963                     | 79            | 3.029   | -      | (5.306)              | -                | 83.391      | 79.963        | 79                   | 3.029   | -                  | (5.306)          | 83.391      |
| Instalações e edificações.....  | 9.213                      | 14.133        | -       | -      | (312)                | -                | 24.231      | 9.213         | 14.133               | -       | -                  | (312)            | 24.231      |
| Sistemas operacionais.....      | 288.123                    | -             | 40.220  | -      | (10.347)             | -                | 370.497     | 288.123       | -                    | 40.220  | -                  | (10.347)         | 370.497     |
| Imobilizações em andamento..... | 135.391                    | -             | 145.848 | -      | (115.275)            | -                | 161.105     | 135.391       | -                    | 145.848 | -                  | (115.275)        | 161.105     |
|                                 | 661.652                    | 15.718        | 197.958 | -      | (26.960)             | -                | 954.138     | 661.652       | 15.718               | 197.958 | -                  | (26.960)         | 954.138     |

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível; e  
(b) Refere-se à aquisição de R\$ 6.053 em 2013 (R\$ 8.889 em 2012). A taxa média de capitalização em 2013 foi de 9,12% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 10,41% a.a. em 2012.

|                          | 2013                 |                      |         |        |                    |                  |                      |               |                      |         |                      |                    |                  |
|--------------------------|----------------------|----------------------|---------|--------|--------------------|------------------|----------------------|---------------|----------------------|---------|----------------------|--------------------|------------------|
|                          | 2012 (Reapresentado) |                      | 2013    |        | 2013               |                  | 2012 (Reapresentado) |               | 2013                 |         | 2012 (Reapresentado) |                    |                  |
|                          | Saldo inicial        | Novas aquisições (b) | Adições | Baixas | Transferências (a) | Variação Cambial | Saldo final          | Saldo inicial | Novas aquisições (b) | Adições | Baixas               | Transferências (a) | Variação Cambial |
| Móveis e utensílios..... |                      |                      |         |        |                    |                  |                      |               |                      |         |                      |                    |                  |

### Notas explicativas às demonstrações financeiras - Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 - (Valores expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 17. Ativos Intangíveis - Consolidado

|  | Taxa média anual de amortização % | 2013              |                    |                  | 2012 (Reapresentado) |                    |                  | 1º/01/2012 (Reapresentado) |                    |                  |
|--|-----------------------------------|-------------------|--------------------|------------------|----------------------|--------------------|------------------|----------------------------|--------------------|------------------|
|  |                                   | Custo             | Amortização        | Líquido          | Custo                | Amortização        | Líquido          | Custo                      | Amortização        | Líquido          |
| Direitos de exploração da infraestrutura concedida ..... (a)           | 22                                | 8.695.820         | (2.500.666)        | 6.195.154        | 7.668.795            | (2.023.974)        | 5.644.821        | 6.937.409                  | (1.616.459)        | 5.320.950        |
| Direitos de uso de sistemas informatizados ..... 22                    | 21                                | 75.172            | (41.636)           | 33.536           | 61.881               | (32.273)           | 29.608           | 41.389                     | (24.991)           | 16.398           |
| Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados ..... 21          | 14                                | 28.479            | (15.580)           | 12.899           | 24.092               | (11.258)           | 12.834           | 19.317                     | (6.861)            | 12.456           |
| Cessão de fibra ótica ..... 14   | (a)                               | 21.672            | (5.311)            | 16.361           | 12.055               | (1.219)            | 10.836           | 1.446.920                  | (106.667)          | 1.340.253        |
| Direito da concessão gerado na aquisição de negócios e ágios ..... (a) | 31                                | 1.531.415         | (232.463)          | 1.298.952        | 1.449.583            | (162.465)          | 1.287.118        | 8.445.035                  | (1.754.978)        | 6.690.057        |
| Radiofrequência ..... (a)  |                                   | 1.088             | (155)              | 933              | -                    | -                  | -                | -                          | -                  | -                |
|  |                                   | <b>10.353.646</b> | <b>(2.796.011)</b> | <b>7.557.635</b> | <b>9.216.406</b>     | <b>(2.231.189)</b> | <b>6.985.217</b> | <b>8.445.035</b>           | <b>(1.754.978)</b> | <b>6.690.057</b> |

(a) Amortização pela curva do benefício econômico.

|  | 2013             |                                      |                |                |                    |                | 2012 (Reapresentado) |                                      |                 |                  |                    |            | 1º/01/2012 (Reapresentado) |                                      |                 |                  |                    |                 |                |
|--|------------------|--------------------------------------|----------------|----------------|--------------------|----------------|----------------------|--------------------------------------|-----------------|------------------|--------------------|------------|----------------------------|--------------------------------------|-----------------|------------------|--------------------|-----------------|----------------|
|  | Saldo inicial    | Aquisição de participação de Curaçao | Adições        | Baixas         | Transfêrências (b) | Outros (c)     | Saldo inicial        | Aquisição de participação de Curaçao | Adições         | Baixas           | Transfêrências (b) | Outros (c) | Saldo final                | Aquisição de participação de Curaçao | Adições         | Baixas           | Transfêrências (b) | Varição Cambial | Saldo final    |
| Direitos de exploração da infraestrutura concedida .....               | 7.668.795        | 162.200                              | 853.103        | (2.370)        | 6.187              | (6.289)        | 8.695.820            | (2.023.974)                          | (64.120)        | (407.551)        | 701                | 152        | (5.874)                    | (2.500.666)                          | (9.424)         | 64               | (3)                | (41.636)        | 6.195.154      |
| Direitos de uso de sistemas informatizados .....                       | 61.881           | -                                    | 38             | (86)           | 13.339             | -              | 61.881               | (11.258)                             | -               | (4.322)          | -                  | -          | (15.580)                   | -                                    | -               | -                | -                  | (15.580)        | 33.536         |
| Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados .....             | 24.092           | -                                    | -              | -              | 4.387              | -              | 24.092               | (1.219)                              | -               | (4.292)          | -                  | -          | 12.899                     | -                                    | -               | -                | -                  | (5.111)         | 12.899         |
| Cessão de fibra ótica .....  | 12.055           | -                                    | 9.639          | -              | (22)               | -              | 21.672               | (162.465)                            | (5.326)         | (62.910)         | -                  | -          | 16.361                     | (1.219)                              | -               | -                | (1.762)            | (232.463)       | 16.361         |
| Direito da concessão gerado na aquisição de negócios e ágios (d) ..... | 1.449.583        | 69.859                               | 8.606          | -              | -                  | 3.367          | 1.531.415            | (69.446)                             | (488.654)       | -                | 765                | 149        | (7.636)                    | (2.231.189)                          | -               | -                | -                  | (1.219)         | 1.298.952      |
| Radiofrequência .....  | -                | -                                    | 1.066          | -              | 22                 | -              | 1.088                | -                                    | -               | (155)            | -                  | -          | -                          | -                                    | -               | -                | -                  | -               | 933            |
|  | <b>9.216.406</b> | <b>232.059</b>                       | <b>872.452</b> | <b>(2.456)</b> | <b>23.913</b>      | <b>(6.289)</b> | <b>10.353.646</b>    | <b>(2.231.189)</b>                   | <b>(69.446)</b> | <b>(488.654)</b> | <b>765</b>         | <b>149</b> | <b>(7.636)</b>             | <b>(2.231.189)</b>                   | <b>(69.446)</b> | <b>(488.654)</b> | <b>765</b>         | <b>149</b>      | <b>(7.636)</b> |

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 38.683 em 2013 (R\$ 30.731 em 2012). A taxa média de capitalização em 2013 foi de 6,46% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 10,41% a.a. em 2012.

#### Composição do direito de concessão gerado na aquisição de controle de negócios

|  | 2013             |                  |                  | 2012 (Reapresentado) |                  |                  | 1º/01/2012 (Reapresentado) |                  |                  |
|--|------------------|------------------|------------------|----------------------|------------------|------------------|----------------------------|------------------|------------------|
|  | Custo            | Amortização      | Líquido          | Custo                | Amortização      | Líquido          | Custo                      | Amortização      | Líquido          |
| Inovap 5 (a) .....                           | 3.087            | (364)            | 2.723            | 3.087                | (52)             | 3.035            | 3.087                      | (6)              | 3.081            |
| RodoNorte (b) .....                          | 14.988           | (5.880)          | 9.108            | 14.988               | (4.949)          | 10.039           | 14.988                     | (4.066)          | 10.922           |
| SPVias (b) .....                             | 1.177.136        | (126.398)        | 1.050.738        | 1.177.136            | (81.840)         | 1.095.296        | 1.177.136                  | (39.402)         | 1.137.734        |
| ViaOeste (b) .....                           | 251.709          | (88.736)         | 162.973          | 251.709              | (75.519)         | 176.190          | 251.709                    | (63.193)         | 188.516          |
| Barcas (a) .....                             | 11.269           | (1.389)          | 9.880            | 11.269               | (105)            | 2.558            | -                          | -                | -                |
| Aeroporto Internacional de Curaçao (a) ..... | 73.226           | (9.696)          | 63.530           | -                    | -                | -                | -                          | -                | -                |
|  | <b>1.531.415</b> | <b>(232.463)</b> | <b>1.298.952</b> | <b>1.449.583</b>     | <b>(162.465)</b> | <b>1.287.118</b> | <b>1.446.920</b>           | <b>(106.667)</b> | <b>1.340.253</b> |

(a) Amortização linear; (b) Amortização pela curva de benefício econômico.

#### 18. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros

| Empresa                              | Instituições financeiras              | Taxas contratuais                | Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.) | Custos de transação incorridos | Saldos dos custos a apropriar em 2012 | Vencimento final  | 2013    | 2012    | 1º/01/2012 (Reapresentado) |         |
|--------------------------------------|---------------------------------------|----------------------------------|---|--------------------------------|---------------------------------------|-------------------|---------|---------|----------------------------|---------|
|                                      |                                       |                                  |   |                                |                                       |                   |         |         | 2013                       | 2012    |
| CCR                                  | Alfa S.A. (Arrend. Mercantil)         | CDI + 1,5% a.a.                  | N/I   | -                              | -                                     | Agosto de 2013    | -       | 116     | -                          | 268 (f) |
| CCR                                  | Itaú Leasing S.A. (Arrend. Mercantil) | 13,1041% a.a.                    | N/I   | -                              | -                                     | Outubro de 2013   | -       | 38      | -                          | 220 (f) |
| <b>SubTotal Controladora</b>         |                                       |                                  |   |                                |                                       |                   |         |         |                            |         |
| 1. AutoBAn                           | BNDES - FINEM III                     | TJLP + 2,12% a.a.                | 0,0530% (a)                                 | 535                            | 94                                    | Fevereiro de 2017 | 130.752 | 172.005 | 213.351                    | (c)     |
| 1. AutoBAn                           | BNDES - FINEM IV                      | TJLP + 2,12% a.a.                | N/I   | -                              | -                                     | Fevereiro de 2017 | 12.338  | 16.234  | 20.143                     | (c)     |
| 2.a SPVias                           | BNDES - FINEM I e CEF                 | TJLP + 5,50% a.a.                | N/I   | -                              | -                                     | Setembro de 2013  | -       | 5.817   | 13.584                     | (d)     |
| 2.b SPVias                           | BNDES - FINEM III                     | TJLP + 2,80% a.a.                | N/I   | -                              | -                                     | Julho de 2018     | 31.236  | 38.049  | 44.894                     | (d)     |
| 2.b SPVias                           | BNDES - FINEM II - Repasse e CEF      | TJLP + 5,50% a.a.                | N/I   | -                              | -                                     | Setembro de 2013  | -       | 5.817   | 15.257                     | (d)     |
| 2.c SPVias                           | Santander S.A.                        | CDI + 3,75% a.a.                 | N/I   | -                              | -                                     | Julho de 2015     | -       | -       | 37.257                     | (e)     |
| 2.c SPVias                           | Bradesco S.A.                         | 116,5% do CDI                    | 0,4419% (a)                                 | 783                            | -                                     | Fevereiro de 2013 | -       | -       | 57.923                     | (e)     |
| 2.c SPVias                           | Itaú BBA S.A.                         | 116,5% do CDI                    | 0,4612% (a)                                 | 694                            | -                                     | Fevereiro de 2013 | -       | -       | 109.574                    | (e)     |
| 3. Ponte                             | Itaú BBA S.A.                         | 115,35% do CDI                   | N/I   | -                              | -                                     | Novembro de 2013  | -       | 10.090  | -                          | (g)     |
| 3. Ponte                             | Santander S.A.                        | 111% do CDI                      | N/I   | -                              | -                                     | Julho de 2012     | -       | -       | -                          | (g)     |
| 3. Ponte                             | Itaú BBA S.A.                         | 102,5% do CDI                    | N/I   | -                              | -                                     | Novembro de 2012  | -       | -       | 11.675                     | (g)     |
| 4. Barcas                            | Bradesco S.A.                         | CDI + 0,70%                      | N/I   | -                              | -                                     | Abril de 2013     | -       | 118.354 | -                          | (e)     |
| 8. Diversos                          | Diversos (Finame)                     | TJLP + 2% a.a.                   | N/I   | -                              | -                                     | Julho de 2015     | 559     | 2.450   | 4.761                      | (f)     |
| SPVias                               | Votorantim S.A. (Finame)              | TJLP + 4,50% a 7,00% a.a.        | N/I   | -                              | -                                     | Setembro de 2013  | -       | 541     | 1.283                      | (f)     |
| Diversos                             | Alfa S.A. (Arrend. Mercantil)         | CDI + 1,5% a.a.                  | N/I   | -                              | -                                     | Outubro de 2013   | -       | 2.701   | 7.274                      | (f)     |
| Diversos                             | Alfa S.A. (Finame)                    | 5,50% a 7,70% a.a.               | N/I   | -                              | -                                     | Julho de 2017     | 2.272   | 2.333   | -                          | (f)     |
| Diversos                             | Bradesco S.A. (Arrend. Mercantil)     | 1,14% a 2,77% a.m.               | N/I   | -                              | -                                     | Janeiro de 2015   | 840     | 1.625   | 2.004                      | (f)     |
| Diversos                             | Itaú Leasing S.A. (Arrend. Mercantil) | 1,0916% a.m. a 1,2321% a.m.      | N/I   | -                              | -                                     | Dezembro de 2014  | 446     | 1.224   | 888                        | (f)     |
| SPVias                               | Diversos (Arrend. Mercantil)          | CDI + 0,14% a.a. a 0,5654% a.a.  | N/I   | -                              | -                                     | Junho de 2013     | -       | -       | 1.649                      | (f)     |
| <b>Subtotal em moeda nacional</b>    |                                       |                                  |   |                                |                                       |                   |         |         |                            |         |
| <b>Em moeda estrangeira</b>          |                                       |                                  |   |                                |                                       |                   |         |         |                            |         |
| 5. Curaçao                           | DVB Bank AG                           | US\$ + LIBOR + 2,75% a 3,5% a.a. | N/I   | -                              | -                                     | Dezembro de 2018  | 44.804  | -       | -                          | (h)     |
| 6. RodoNorte                         | Merrill Lynch (b)                     | US\$ + LIBOR + 1,50% a.a.        | -   | -                              | -                                     | Novembro de 2013  | -       | 94.132  | 84.897                     | (g)     |
| 2.a SPVias                           | BNDES - FINEM I                       | ECM + 5,50% a.a.                 | N/I   | -                              | -                                     | Outubro de 2013   | -       | 826     | 1.673                      | (d)     |
| 2.a SPVias                           | BNDES - FINEM II - Repasse e CEF      | ECM + 5,50% a.a.                 | N/I   | -                              | -                                     | Outubro de 2013   | -       | 826     | -                          | (d)     |
| 7.a ViaLagos                         | Merrill Lynch (b)                     | US\$ + 1,73% a.a.                | N/I   | -                              | -                                     | Agosto de 2013    | -       | 97.128  | 87.396                     | (g)     |
| 7.b ViaLagos                         | Merrill Lynch (b)                     | US\$ + LIBOR 3M + 1,4% a.a.      | N/I   | -                              | -                                     | Agosto de 2015    | 132.907 | -       | -                          | (g)     |
| <b>Subtotal em moeda estrangeira</b> |                                       |                                  |   |                                |                                       |                   |         |         |                            |         |
| <b>Total geral</b>                   |                                       |                                  |   |                                |                                       |                   |         |         |                            |         |

|   | Consolidado    |                |                |
|---|----------------|----------------|----------------|
|   | 2013           | 2012           | 1º/01/2012     |
| <b>Circulante</b>   |                |                |                |
| Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros ..... | 64.011         | 392.469        | 114.229        |
| Custos de transação .....   | (50)           | (73)           | (832)          |
|   | <b>63.961</b>  | <b>392.396</b> | <b>113.397</b> |
| <b>Não Circulante</b>   |                |                |                |
| Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros ..... | 292.237        | 177.999        | 614.003        |
| Custos de transação .....   | (44)           | (89)           | (295)          |
|   | <b>292.193</b> | <b>177.910</b> | <b>613.708</b> |

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou inutilidade.  
(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.  
(b) Por entender ser informação mais relevante, dado que as operações estão integralmente protegidas por contratos de swap, a Companhia decidiu mensurar estas operações ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa nº 29 para maiores detalhes).

**Garantias:**  
(a) Fiança bancária.  
(d) Fiança bancária com aval do acionista controlador.  
(e) Fiança/aval do acionista controlador.  
(f) Bens financiados.  
(g) Não existem garantias.  
(h) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis.

#### Cronograma de desembolsos (não circulante)

|             | Consolidado    |          |            |
|-------------|----------------|----------|------------|
|             | 2013           | 2012     | 1º/01/2012 |
| 2015 .....  | 193.221        | -        | -          |
| 2016 .....  | 61.053         | -        | -          |
| 2017 .....  | 24.121         | -        | -          |
| 2018 .....  | 13.842         | -        | -          |
| Total ..... | <b>292.237</b> | <b>-</b> | <b>-</b>   |

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

**1. AutoBAn**  
Em 05 de fevereiro de 2009, foi contratado financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 267.353, liberado em 6 parcelas, entre 2009 e 2011.

#### 19. Debêntures e notas promissórias

| Empresa                      | Série                        | Taxas contratuais  | custo de transação (% a.a.) | Taxa efetiva do transação incorridos | Custo de Saldos dos custos a apropriar | Vencimento final | 2013    | 2012    | 1º/01/2012 (Reapresentado) |      |
|------------------------------|------------------------------|--------------------|-----------------------------|--------------------------------------|--|------------------|---------|---------|----------------------------|------|
|                              |                              |                    |                             |                                      |  |                  |         |         | 2013                       | 2012 |
| 1.a CCR .....                | 5a Emissão - Série 2         | IPCA + 7,5% a.a.   | 0,6210% (a)                 | 1.188                                | 277                                    | Agosto de 2014   | 65.376  | 123.794 | 175.877                    | (f)  |
| 1.b CCR .....                | 6a Emissão - Série 1         | 105% do CDI        | 0,1223% (a)                 | 1.110                                | 529                                    | Abril de 2016    | 528.421 | -       | -                          | (e)  |
| 1.c CCR .....                | 7a Emissão - Série 1         | 106,50% do CDI     | N/I                         | -                                    | -                                      | Outubro de 2015  | 102.054 | -       | -                          | (e)  |
| 1.c CCR .....                | 7a Emissão - Série 2         | 107,05% do CDI     | N/I                         | -                                    | -                                      | Outubro de 2016  | 102.064 | -       | -                          | (e)  |
| 1.d CCR .....                | Cetip (Notas promissórias)   | 105% do CDI        | 0,0150% (a)                 | -                                    | -                                      | Maiço de 2013    | -       | 418.290 | -                          | (e)  |
| <b>SubTotal Controladora</b> |                              |                    |                             |                                      |  |                  |         |         |                            |      |
| 2.a AutoBAn .....            | 1a Emissão - Série 1         | IGPM + 10,65% a.a. | 0,1630% (a)                 | 877                                  | 9                                      | Abril de 2014    | 28.195  | 53.304  | 74.034                     | (g)  |
| 2.a AutoBAn .....            | 1a Emissão - Série 2         | IGPM + 10,65% a.a. | 0,1630% (a)                 | -                                    | -                                      | Outubro de 2013  | -       | 30.306  | 56.255                     | (g)  |
| 2.a AutoBAn .....            | 1a Emissão - Série 3         | 103,3% do CDI      | 0,1846% (a)                 | -                                    | -                                      | Abril de 2012    | -       | -       | 46.736                     | (g)  |
| AutoBAn .....                | 2a Emissão - Série única     | 108% do CDI        | 0,2114% (a)                 | -                                    | -                                      | Setembro de 2012 | -       | -       | 133.806                    | (e)  |
| 2.b AutoBAn .....            | 4a Emissão - Série 1         | 109% (b)           | 0,1217% (b)                 | 4.151                                | 3.368                                  | Setembro de 2017 | 965.531 | 974.667 | -                          | (e)  |
| 2.b AutoBAn .....            | 4a Emissão - Série 2 (c)     | IPCA + 2,71% a.a.  | 0,0983% (b)                 | 1.100                                | 509                                    | Outubro de 2017  | 131.059 | 136.409 | -                          | (e)  |
| 2.c AutoBAn .....            | 5a Emissão - Série única (d) | IPCA + 4,88% a.a.  | 0,03412% (a)                | 9.117                                | 8.816                                  | Outubro de 2018  | 434.862 | -       | -                          | (e)  |
| AutoBAn .....                | Cetip (Notas promissórias)   | 105,5% do CDI      | 0,0559% (a)                 | -                                    | -                                      | Novembro de 2012 | -       | -       | 959.866                    | (e)  |
| 2.d AutoBAn .....            | Cetip (Notas promissórias)   | 104,5% do CDI      | 0,0073% (a)                 | -                                    | -                                      | Maiço de 2013    | -       | 50.382  | -                          | (e)  |
| 3. Barcas .....              | Cetip (Notas promissórias)   | 110% do CDI        | 0,6674% (a)                 | 631                                  | 421                                    | Abril de 2014    | 193.686 | -       | -                          | (h)  |
| 4. CPC .....                 | Cetip (Notas promissórias)   | 105% do CDI        | 0,3195% (a)                 | 319                                  | 159                                    | Março de 2014    | 205.119 | -       | -                          | (h)  |
| 5.a NovaDutra .....          | 2a Emissão - Série 1         | 110,50% do CDI     | 0,1640% (b)                 | 1.683                                | 305                                    | Outubro de 2015  | 174.214 | 259.724 | 304.877                    | (f)  |
| 5.a NovaDutra .....          | 2a Emissão - Série 2         | 112,50% do CDI     | 0,1640% (b)                 | 1.122                                | 204                                    | Outubro de 2015  | 116.179 | 173.189 | 203.325                    | (f)  |







continuação

## Notas explicativas às demonstrações financeiras - Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 - (Valores expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

|                      | Consolidado     |                 |
|----------------------|-----------------|-----------------|
|                      | 2013            | 2012            |
|                      |                 | (Reapresentado) |
| Riscos cambiais..... | (13.173)        | (3.047)         |
| Riscos de juros..... | 374             | 8.323           |
| <b>Total.....</b>    | <b>(12.799)</b> | <b>5.276</b>    |

#### Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia e de suas controladas revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

#### Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e o patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

| Operação  | Vencimentos até | Exposição em R\$ (1) | Risco                        | Consolidado - Efeito em R\$ no resultado |               |               |
|---|-----------------|----------------------|------------------------------|--|---------------|---------------|
|   |                 |                      |                              | Cenário provável                         | Cenário A 25% | Cenário B 50% |
| <b>Metrô Bahia</b>                                      |                 |                      |                              |  |               |               |
| Compromissos em Dólar.....                              | Janeiro de 2014 | 379.501              | Aumento da cotação do USD    | -  | (92.867)      | (187.742)     |
| <i>Hedge</i> (opções) de Fluxo de Caixa Futuro (2)..... | Janeiro de 2014 | -                    | Diminuição da cotação do USD | -  | 92.867        | 187.742       |
|   |                 |                      | Efeito de Ganho ou (Perda)   | -  | -             | -             |
| <b>ViaLagos</b>   |                 |                      |                              |  |               |               |
| 4131 em USD.....  | Agosto de 2015  | 132.907              | Aumento da cotação do USD    | -  | (33.436)      | (66.871)      |
| SWAP USD x CDI (Ponta ativa).....                       | Agosto de 2015  | (134.428)            | Diminuição da cotação do USD | -  | 33.607        | 67.214        |
|   |                 |                      | Efeito de Ganho ou (Perda)   | -  | 171           | 343           |
|   |                 |                      |                              | -  | 171           | 343           |
| Total dos Efeitos de Ganho ou (Perda).....              |                 |                      |                              | -  | 171           | 343           |

#### Moedas em 31/12/2013:

|       |        |          |         |
|-------|--------|----------|---------|
| Dólar | 2,3426 | 2,92825  | 3,5139  |
| Euro  | 3,2265 | 4,033125 | 4,83975 |

(1) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

(2) Existe contrato de opção (*cap*) para proteger o aumento do Dólar, cujo preço de exercício é 2,355. As opções de compra somente geram efeitos se o Dólar estiver acima do preço de exercício.

#### Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2014 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

| Operação                                 | Risco                           | Vencimentos até   | Empresa        | Consolidado - Efeito em R\$ no resultado |                  |               |               |
|--|---------------------------------|-------------------|----------------|--|------------------|---------------|---------------|
|  |                                 |                   |                | Exposição em R\$ (7)                     | Cenário provável | Cenário A 25% | Cenário B 50% |
| <b>Passivos Financeiros</b>              |                                 |                   |                |  |                  |               |               |
| Debêntures.....                          | Aumento do IPC-A                | Agosto de 2014    | CCR            | 65.653                                   | (4.971)          | (5.504)       | (6.034)       |
| Swap IPC-A x CDI (ponta ativa).....      | Diminuição do IPC-A             | Agosto de 2014    | CCR            | (65.653)                                 | 4.971            | 5.504         | 6.034         |
| Swap IPC-A x CDI (ponta passiva).....    | Aumento do CDI                  | Agosto de 2014    | CCR            | 52.019                                   | (3.156)          | (3.929)       | (4.696)       |
| Swap CDI x PRE (ponta ativa).....        | Diminuição do CDI               | Agosto de 2014    | CCR            | (54.051)                                 | 3.280            | 4.083         | 4.879         |
| Debêntures.....                          | Aumento do CDI                  | Abril de 2016     | CCR            | 528.950                                  | (54.617)         | (68.313)      | (82.026)      |
| Debêntures.....                          | Aumento do CDI                  | Outubro de 2015   | CCR            | 102.054                                  | (10.696)         | (13.380)      | (16.069)      |
| Debêntures.....                          | Aumento do CDI                  | Outubro de 2016   | CCR            | 102.064                                  | (10.755)         | (13.456)      | (16.159)      |
|  |                                 |                   |                |  | (75.944)         | (94.995)      | (114.071)     |
| <b>Efeito líquido</b>                    |                                 |                   |                |  |                  |               |               |
| Debêntures.....                          | Aumento do IGP-M                | Abril de 2014     | AutoBan        | 28.204                                   | (3.107)          | (3.194)       | (3.280)       |
| Debêntures.....                          | Aumento do IPC-A                | Outubro de 2018   | AutoBan        | 443.678                                  | (49.291)         | (55.974)      | (62.658)      |
| Debêntures.....                          | Aumento do IPC-A                | Outubro de 2017   | AutoBan        | 131.568                                  | (12.232)         | (14.300)      | (16.369)      |
| Swap IPC-A x CDI (ponta ativa).....      | Diminuição do IPC-A             | Outubro de 2018   | AutoBan        | (443.678)                                | 61.522           | 70.274        | 79.027        |
| Swap IPC-A x CDI (ponta passiva).....    | Aumento do CDI                  | Outubro de 2018   | AutoBan        | 601.765                                  | (56.241)         | (70.269)      | (84.286)      |
| Debêntures.....                          | Aumento do CDI                  | Setembro de 2017  | AutoBan        | 968.899                                  | (104.053)        | (130.205)     | (156.411)     |
|  |                                 |                   |                |  | (163.401)        | (203.668)     | (243.977)     |
| <b>Efeito líquido</b>                    |                                 |                   |                |  |                  |               |               |
| Loan Facility Agreement.....             | Aumento da Libor de 6 meses (5) | Dezembro de 2018  | Curacao        | 44.804                                   | (1.123)          | (1.155)       | (1.186)       |
| Swap Libor X Fixa (Ponta Ativa).....     | Aumento da Libor de 6 meses (5) | Dezembro de 2014  | Curacao        | (17.394)                                 | 61               | 77            | 92            |
| Swap Libor X Fixa (Ponta Ativa).....     | Aumento da Libor de 6 meses (5) | Dezembro de 2014  | Curacao        | (11.596)                                 | 41               | 51            | 61            |
| Swap Libor X Fixa (Ponta Ativa).....     | Aumento da Libor de 6 meses (5) | Dezembro de 2018  | Curacao        | (6.764)                                  | 24               | 30            | 36            |
|  |                                 |                   |                |  | (997)            | (997)         | (997)         |
| Debêntures.....                          | Aumento do CDI                  | Abril de 2017     | ViaOeste       | 623.118                                  | (66.466)         | (83.165)      | (99.896)      |
| Debêntures.....                          | Aumento do CDI                  | Fevereiro de 2015 | ViaOeste       | 66.533                                   | (7.249)          | (9.072)       | (10.900)      |
| Debêntures.....                          | Aumento do CDI                  | Maio de 2014      | RodoAnel Oeste | 507.580                                  | (17.306)         | (21.477)      | (25.590)      |
| Debêntures.....                          | Aumento do CDI                  | Maio de 2015      | RodoAnel Oeste | 558.476                                  | (61.134)         | (76.517)      | (91.939)      |
| Debêntures.....                          | Aumento do CDI                  | Maio de 2016      | RodoAnel Oeste | 761.662                                  | (84.168)         | (105.359)     | (126.606)     |
| Debêntures.....                          | Aumento do CDI                  | Novembro de 2015  | RodoNorte      | 115.714                                  | (13.209)         | (16.541)      | (19.885)      |
| Debêntures.....                          | Aumento do CDI                  | Novembro de 2015  | RodoNorte      | 121.591                                  | (12.730)         | (15.926)      | (19.125)      |
| Debêntures.....                          | Aumento do CDI                  | Dezembro de 2015  | NovaDutra      | 234.936                                  | (24.404)         | (30.525)      | (36.656)      |
| Debêntures.....                          | Aumento do CDI                  | Outubro de 2015   | NovaDutra      | 174.519                                  | (19.013)         | (23.796)      | (28.591)      |
| Debêntures.....                          | Aumento do CDI                  | Outubro de 2015   | NovaDutra      | 116.383                                  | (12.922)         | (16.176)      | (19.438)      |
| Debêntures.....                          | Aumento do CDI                  | Julho de 2016     | SPVias         | 1.225.470                                | (128.400)        | (161.258)     | (192.901)     |
| Notas Promissórias.....                  | Aumento do CDI                  | Abril de 2014     | NovaDutra      | 132.222                                  | (3.889)          | (4.823)       | (5.744)       |
| Notas Promissórias.....                  | Aumento do CDI                  | Abril de 2014     | NovaDutra      | 233.955                                  | (7.002)          | (8.686)       | (10.344)      |
| Notas Promissórias.....                  | Aumento do CDI                  | Abril de 2014     | Barcas         | 194.107                                  | (4.552)          | (5.645)       | (6.723)       |
| Notas Promissórias.....                  | Aumento do CDI                  | Abril de 2014     | Samm           | 81.482                                   | (5.856)          | (7.299)       | (8.733)       |
| Notas Promissórias.....                  | Aumento do CDI                  | Março de 2014     | CPC            | 205.278                                  | (4.269)          | (5.290)       | (6.294)       |
| Notas Promissórias.....                  | Aumento do CDI                  | Outubro de 2014   | ViaOeste       | 204.177                                  | (15.722)         | (19.607)      | (23.475)      |
| 4131 em USD.....                         | Aumento da Libor de 3 meses (6) | Agosto de 2015    | ViaLagos       | 132.907                                  | (2.232)          | (2.316)       | (2.399)       |
| Swap USD x CDI (ponta passiva).....      | Aumento do CDI                  | Agosto de 2015    | ViaLagos       | 131.576                                  | (14.260)         | (17.846)      | (21.440)      |
| Total do efeito de ganho ou (perda)..... |                                 |                   |                |  | (745.125)        | (930.985)     | (1.115.724)   |

#### As taxas de juros consideradas foram 1%:

|                   |         |         |         |
|-------------------|---------|---------|---------|
| CDI (2)           | 9,77%   | 12,21%  | 14,66%  |
| IGP-M (3)         | 5,51%   | 6,89%   | 8,27%   |
| IPC-A (4)         | 5,51%   | 6,89%   | 8,27%   |
| LIBOR 6 meses (5) | 0,3480% | 0,4350% | 0,5220% |
| LIBOR 3 meses (6) | 0,2461% | 0,3076% | 0,3692% |

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (6) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- Referir-se à taxa de 31/12/2013, divulgada pela CETIP;
- Referir-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pela Anbima;
- Referir-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- Referir-se às taxas libor de 6 meses, divulgadas pela BBA (British Bankers Association) em 31/12/2013;
- Referir-se às taxas libor de 3 meses, divulgadas pela BBA (British Bankers Association) em 31/12/2013;
- Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2013, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

Além dos índices variáveis demonstrados no quadro acima, parte dos contratos possui taxas fixas incidentes sobre o saldo atualizado, as quais também estão consideradas nos cálculos. Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à TJLP (Empréstimo do BNDES e Finames), em virtude de se considerar que a TJLP, por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferecendo riscos relevantes de elevação no contexto das operações da Companhia.

#### 30. Cobertura de seguros

O Grupo CCR adota política de contratar seguros para os seus sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2013, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia e suas controladas, foram resumidas conforme abaixo:

- Responsabilidade civil - de R\$ 10.000 a R\$ 91.400;
- Riscos de engenharia - conservação e manutenção - de R\$ 7.942 a R\$ 25.000;
- Riscos de engenharia - ampliação e melhoramentos - de R\$ 3.626 a R\$ 121.514;
- Riscos patrimoniais / operacionais - de R\$ 7.000 a R\$ 500.000;
- Perda de receita - de R\$ 8.006 a R\$ 335.534.

#### 31. Ônus sobre ativos e garantias prestadas a terceiros

A ViaOeste e a SPVias mantêm contas poupança no montante de R\$ 698 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 667 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 638 em 1º de janeiro de 2012), para garantia de realização de compensação ambiental.

#### 32. Compromissos vinculados a contratos de concessão

##### a. Compromissos com o Poder Concedente

##### Outorga fixa

Referir-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

|               | Valor Nominal    |                  |                  | Valor Presente   |                  |                  |
|---------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|               | 2013             | 2012             | 1º/01/2012       | 2013             | 2012             | 1º/01/2012       |
|               |                  | (Reapresentado)  | (Reapresentado)  |                  | (Reapresentado)  | (Reapresentado)  |
| AutoBan.....  | 1.188.399        | 1.366.390        | 1.582.064        | 1.043.237        | 1.200.636        | 1.358.213        |
| ViaOeste..... | 232.367          | 271.271          | 315.878          | 204.785          | 239.293          | 272.230          |
|               | <b>1.420.766</b> | <b>1.637.661</b> | <b>1.897.942</b> | <b>1.248.022</b> | <b>1.439.929</b> | <b>1.630.443</b> |

Esses compromissos, atualizados até 31 de dezembro de 2013, estavam assim distribuídos:

|           | Valor nominal |         | Valor presente |           |
|-----------|---------------|---------|----------------|-----------|
|           | 2014          | 2015    | 2014           | 2015      |
| 2014..... | 330.014       | 313.692 | 330.014        | 313.692   |
| 2015..... | 330.014       | 298.753 | 330.014        | 298.753   |
| 2016..... | 330.014       | 284.527 | 330.014        | 270.979   |
| 2017..... | 330.014       | 270.979 | 100.710        | 80.071    |
| 2018..... | 330.014       | 270.979 | 1.420.766      | 1.248.022 |

## Conselho de Administração

|  |  |
|--|--|
| <b>EDUARDO BORGES DE ANDRADE</b><br>Presidente                   | <b>LUIZ ROBERTO ORTIZ NASCIMENTO</b><br>Vice-Presidente  |
| <b>ANA MARIA MARCONDES PENIDO SANT'ANNA</b><br>Conselheira       | <b>HENRIQUE SUTTON DE SOUSA NEVES</b><br>Conselheiro   |
| <b>FERNANDO AUGUSTO CAMARGO DE ARRUDA BOTELHO</b><br>Conselheiro | <b>LUIZ ALBERTO COLONNA ROSMAN</b><br>Conselheiro Independente                                 |
| <b>FRANCISCO CAPRINO NETO</b><br>Conselheiro                     | <b>LUIZ ANÍBAL DE LIMA FERNANDES</b><br>Conselheiro  |
|  | <b>PAULO ROBERTO RECKZIEGEL GUEDES</b><br>Conselheiro  |
|  | <b>RICARDO COUTINHO DE SENA</b><br>Conselheiro   |
|  | <b>RENATO ALVES VALE</b><br>Diretor Presidente   |
|  | <b>RICARDO ANTÔNIO MELLO CASTANHEIRA</b><br>Diretor Vice-Presidente de Relações Institucionais |
|  | <b>LEONARDO COUTO VIANNA</b><br>Diretor de Novos Negócios                                      |
|  | <b>ÍSALO ROPPA</b><br>Diretor Vice-Presidente de Gestão de Negócios                            |
|  | <b>ANTÔNIO LINHARES DA CUNHA</b><br>Diretor de Desenvolvimento Empresarial                     |
|  | <b>MARCUS RODRIGO DE SENNA</b><br>Diretor Jurídico   |
|  | <b>JOSÉ BRAZ CIOFFI</b><br>Diretor Vice-Presidente de Gestão de Negócios                       |
|  | <b>ARTHUR PIOTTO FILHO</b><br>Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores        |
|  | <b>PAULO YUKIO FUKUZAKI</b><br>Diretor de Planejamento e Controle                              |

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da CCR S.A.

São Paulo - SP

#### Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, da CCR S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas

contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CCR S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CCR S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Ênfases

##### Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas num único conjunto

Conforme descrito na nota explicativa 4, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil as quais, no caso da CCR S.A., diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras individuais, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, que, para fins de IFRS, seriam avaliados ao custo ou valor justo, e à opção da manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado. Nossa opinião não está ressvalada em função desse assunto.

##### Representação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2, em decorrência da mudança de prática contábil referente ao registro dos investimentos em controladas em conjunto nas demonstrações consolidadas, os valores correspondentes, relativos aos balanços patrimoniais em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2012 e as demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012,

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros real de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

No decorrer do exercício de 2013, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 286.927 referente ao direito de outorga fixa (R\$ 228.884 no exercício de 2012).

A AutoBan está retendo 8,26% de cada uma das 86 (oitenta e seis) parcelas restantes do ônus fixo, no período de março de 2011 a abril de 2016, autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo nº 24, de abril de 2011, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras já realizadas.

#### Outorga variável - AutoBan, ViaOeste, RodoAn